

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA NORMAL SUPERIOR

CURSO DE PEDAGOGIA

MANOEL NAZARENO PINHEIRO MENDES

CONSELHO ESCOLAR: O PAPEL DA FAMÍLIA/COMUNIDADE DE PAIS
E RESPONSÁVEIS NO PROCESSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

MANAUS – AMAZONAS

2018

MANOEL NAZARENO PINHEIRO MENDES

CONSELHO ESCOLAR: O PAPEL DA FAMÍLIA/COMUNIDADE DE PAIS
E RESPONSÁVEIS NO PROCESSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas, elaborado sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Nazaré Corrêa da Silva.

MANAUS – AMAZONAS

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

538c Pinheiro Mendes, Manoel Nazareno
CONSELHO ESCOLAR: O PAPEL DA
FAMÍLIA/COMUNIDADE DE PAIS E RESPONSÁVEIS
NO PROCESSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO / Manoel
Nazareno Pinheiro Mendes. Manaus : [s.n], 2018.
91 f.: il.; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.
Inclui bibliografia
Orientador: SILVA, Maria de Nazaré Corrêa da

1. Família. 2. Conselho Escolar. 3. Contexto Escolar.
4. Gestão Democrática e Participativa. 5. Processo
Político-Pedagógico. I. SILVA, Maria de Nazaré Corrêa
da (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III.
CONSELHO ESCOLAR: O PAPEL DA
FAMÍLIA/COMUNIDADE DE PAIS E RESPONSÁVEIS
NO PROCESSO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

MANOEL NAZARENO PINHEIRO MENDES

Monografia apresentada como requisito final para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas.

DATA DA APROVAÇÃO: 03 / 12 / 2018

BANCA EXAMINADORA



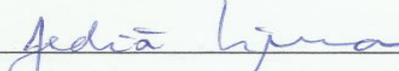
Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré Corrêa da Silva (Orientadora)

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Prof^ª. Dr^ª. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Prof^ª. MSc. Jediã Ferreira Lima

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

DEDICATÓRIA

A comunidade de pais que busca incansavelmente e por todos os meios a participação na vida escolar dos filhos e a contribuição no processo educacional dos discentes, compreendendo a importância do seu papel na educação que preza pela qualidade e por resultados efetivos, empreendendo todos os esforços necessários no afã de ver materializado os seus sonhos pedagógicos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que é a razão da minha existência, por me conceder vida, saúde, e as condições necessárias para a concretização deste trabalho.

A minha esposa sempre acreditando que seria capaz de realizar com sucesso ao que me propusera. A minha filha que me persuade a ser um exemplo de vida. Sem minha família não teria motivos suficientes para chegar até aqui.

A minha mãe que em todas as coisas sempre será a minha inspiração e a força que me impulsiona a melhorar sempre.

A todos os professores que se empenharam no decorrer do curso e deste estudo a me auxiliarem no aprendizado e na conclusão com o sentimento de ter alcançado as suas expectativas.

A minha orientadora, que apesar das dificuldades apresentadas, jamais se omitiu, me ajudando e colaborando para que esta pesquisa finalizasse com êxito.

A Escola Municipal Professor Waldir Garcia, na pessoa da gestora, que me proporcionou o espaço para a pesquisa me concedendo a honra de escrever sobre o papel transformador educacional quando os pais são mais que parceiros, colaboradores no contexto escolar com a anuência da direção.

A todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram, tornando-se parte substancial para o término desta obra.

LISTA DE SIGLAS

APMC – Associação dos Pais e Mestres e Comunitários

BIS – Batalhão de Infantaria de Selva

CE – Conselho Escolar

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

ENS – Escola Normal Superior

FACETEN – Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil

FADE – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola

IEA – Instituto de Educação do Amazonas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

P – Pai

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAP – Sistema de Acompanhamento Pedagógico

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco central analisar o papel político-pedagógico da família/comunidade de pais e responsáveis no contexto do Conselho Escolar. De modo particular, objetivou-se identificar que conhecimento os pais possuem sobre a competência do Conselho Escolar em sua forma de atuação; elencar iniciativas/ações que contribuam para sensibilizar os pais quanto a importância do Conselho Escolar e da sua participação; e analisar questões político-pedagógicas efetivadas como resultado da parceria dos pais no Conselho Escolar e a gestão democrática participativa da escola. A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa, recorrendo-se também a uma abordagem do método dialético. A pesquisa foi realizada na Zona Urbana da Cidade de Manaus-AM em escola da Rede Municipal. Como resultado das interpretações identificou-se que existe o comprometimento da comunidade de pais e responsáveis com a educação de seus filhos e que compreendem a importância do funcionamento do Conselho Escolar como instrumento de conquistas educacionais, aonde exercem a comunhão e o diálogo (FREIRE, 1987) com a direção da escola nas decisões que contribuem para as soluções das problemáticas do contexto escolar, havendo sempre o comprometimento da família com a gestão democrática e participativa nesse sentido. Portanto, necessário se faz anelar e buscar uma educação democrática onde é imprescindível a participação dos pais no afã de conquistas educacionais efetivas através do Conselho Escolar. Neste sentido, a pesquisa aponta para a necessidade do envolvimento da família/comunidade de pais e responsáveis no processo político pedagógico visando resultados efetivos com a contribuição da gestão democrática e participativa. A pesquisa pretende contribuir com o debate sobre o tema, nos cursos de licenciatura em Pedagogia e no âmbito das Escolas de Educação Básica, visando compreender os desafios e as perspectivas do papel político-pedagógico da família/comunidade de pais e responsáveis no Conselho Escolar e podemos ressaltar ainda que valorizados, educados e preparados para atuarem na escola em colaboração com a gestão, tornam-se excelentes parceiros e promotores de uma educação transformadora com resultados excelentes.

Palavras-chave: Família/Comunidade de Pais e Responsáveis; Conselho Escolar; Gestão Democrática e Participativa; Contexto Escolar; Processo Político-Pedagógico.

ABSTRACT

This research focuses on the political-pedagogical role of the family / community of parents and guardians in the context of the School Council. In particular, the objective was to identify what knowledge parents have about the competence of the School Council in its form of action; list initiatives / actions that contribute to sensitize parents about the importance of the School Board and its participation; and to analyze political-pedagogical issues as a result of the parental partnership in the School Council and the participatory democratic management of the school. The methodology used in the research was qualitative, also using an approach of the dialectical method. The research was carried out in the Urban Zone of the City of Manaus-AM in a school of the Municipal Network. As a result of the interpretations, it was identified that the community of parents and guardians is committed to the education of their children and that they understand the importance of the functioning of the School Council as an instrument of educational achievement, where they exercise communion and dialogue (FREIRE, 1987) with the direction of the school in the decisions that contribute to the solutions of the problems of the school context, always having the commitment of the family with the democratic and participative management in this sense. Therefore, it is necessary to make a wish and seek a democratic education where the participation of the parents in the eagerness of effective educational achievements through the School Council is indispensable. In this sense, the research points to the need of involving the family / community of parents and responsible in the pedagogical political process aiming at effective results with the contribution of democratic and participatory management. The research aims to contribute to the debate on the subject, in the undergraduate courses in Pedagogy and in the scope of the Basic Education Schools, aiming to understand the challenges and perspectives of the political-pedagogical role of the family / community of parents and responsible in the School Council and we can emphasize that valued, educated and prepared to work in the school in collaboration with the management, they become excellent partners and promoters of a transformative education with excellent results.

Keywords: Family / Parenting Community; School Council; Democratic and Participatory Management; School context; Political-Pedagogical Process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. JUSTIFICATIVA	14
1.1 Minha vida escolar: aprendizado e experiência.....	14
1.2 reencontro com o meu campo de experiência	18
2. METODOLOGIA.....	24
2.1 Problema	24
2.2 Questões norteadoras	28
2.3 Objetivos.....	28
2.3.1 Geral	28
2.3.2 Específicos	29
2.4 Procedimentos metodológicos.....	29
2.4.1 Método dialético.....	29
2.4.2 Pesquisa qualitativa.....	30
2.4.3 Entrevistas informais	31
2.4.4 Comparação	32
2.4.5 Entrevista semiestruturada	33
2.4.6 Observação	35
2.4.7 Pesquisa de campo	37
2.4.8 Perfil dos conselheiros	38
2.4.9 Análise documental	39
3. CONCEITUANDO CONSELHOS ESCOLARES.....	41
3.1 Aspectos gerais.....	41
3.2 Aspectos legais	42
3.3 Família/comunidade de pais e responsáveis no conselho escolar	44
3.4 Práticas exitosas de conselhos escolares: fala dos pais da Escola Waldir Garcia.....	49
3.4.1 Parceria: família/comunidade de pais e responsáveis e a escola	50
3.4.2 O papel da família/comunidade de pais e responsáveis no contexto escolar.....	51
3.4.3 A importância da família/comunidade de pais e responsáveis no processo educacional dos filhos.....	56

3.4.4 Responsabilidade da família/comunidade de pais e responsáveis nas decisões escolares.....	60
3.4.5 Conselho escolar na reforma da educação básica no Ceará-Brasil	64
3.4.6 Implantação do conselho escolar em Coari-Amazonas.....	66
4. PESQUISA DE CAMPO: ESPAÇOS FORMATIVOS DA PRÁTICA ACADÊMICA.....	70
4.1 Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Marcio Souza.....	70
4.2 Escola Estadual Nossa Senhora das Graças.....	72
4.3 Escola Municipal Professor Waldir Garcia	74
4.4 Proposituras de intervenção	80
4.4.1 Quanto aos componentes	81
4.4.2 Quanto ao processo eletivo	81
4.4.3 Quanto à escolha.....	82
4.4.4 Quanto à chamada pública	82
4.4.5 Quanto à legitimidade	83
4.5 Aprendizados para a vida	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE	88
Apêndice A	88
Apêndice B	89

INTRODUÇÃO

Este trabalho ousa apresentar sugestões para a formação e funcionamento do Conselho Escolar da Escola Municipal Professor Waldir Garcia. Como se trata de uma escola que está se organizando para trabalhar e se aperfeiçoar em Educação Integral, necessário se faz que obtenha bom êxito na participação dos pais, sem a qual, não seria possível alcançar tal objetivo.

Sendo o Conselho Escolar um instrumento fundamental para consolidar a participação ativa dos pais e comunidade, convém que realmente este represente não somente os pais, mas, seus anelos e vontades em prol da construção de uma comunidade escolar que atenda aos anseios mais nobres em relação a uma educação de qualidade e integral como se propõe o corpo docente.

A Escola Municipal Professor Waldir Garcia que se propõe a abraçar a causa da educação integral, com certeza deverá se comprometer com a comunidade de pais no sentido de conduzi-los a uma participação que não se resume a cobrarem a escola apenas como se eles fossem alheios a esse processo, mas a se colocarem como os próprios colaboradores e solucionadores das questões em adaptação e aperfeiçoamento, contribuindo assim para esta busca da educação integral, onde a formação e funcionamento do Conselho Escolar são fundamentais nesse processo.

Com os fundamentos teóricos-metodológicos de TRIVIÑOS (1987), BOGDAN e BIKLEN apud OLIVEIRA e ALVES (2001), BACHELARD (1996), TEIXEIRA apud PINTO e PIMENTA (2012), SOLLAS apud FREIRE (1996), PINTO e PIMENTA (2012), a pesquisa deu conta dos instrumentos de coletas de dados que foram: entrevistas informais, comparação, observação, análise documental, além dos registros do caderno de campo utilizado nas atividades dos Estágios Supervisionados. Utilizou-se de entrevista semiestruturada com os pais e responsáveis por alunos e com os membros do Conselho Escolar.

De modo particular, objetivou-se identificar que conhecimento os pais possuem sobre a competência do Conselho Escolar em sua forma de atuação; elencar iniciativas/ações que contribuam para sensibilizar os pais quanto a importância do Conselho Escolar e da sua participação; e analisar questões político-pedagógicas efetivadas como resultado da parceria dos pais no Conselho Escolar e a gestão democrática participativa da escola. A metodologia

utilizada na pesquisa foi qualitativa, recorrendo-se também a uma abordagem do método dialético.

Fez-se necessário consultar as obras como FREIRE (1983; 1987; 1996; 2001), VASCONCELLOS (2000; 2006), onde se enfatiza a participação da comunidade no processo educacional como sujeitos de transformação social, buscando o seu lugar no contexto escolar, não apenas como um dever, mas, como direito e atuando de tal maneira que a educação seja instrumento de capacitação para a leitura de mundo e como prática para a liberdade, distanciando-se de uma educação vertical e elitista. Os escritos foram essenciais, pois se analisa as questões político-pedagógicas dentro da realidade vivida, levando em consideração aonde se deve chegar, e propondo os meios educacionais necessários, tendo no projeto político-pedagógico produzido com a participação da comunidade de pais uma realidade que contemple de fato suas necessidades, que deverão a partir dali mudar a contextualização da escola de exclusão para a inclusão da família, como fator necessário para uma educação democrática.

Procurou-se fazer entender o que são os Conselhos Escolares, dando uma breve explicação a respeito dos seus aspectos gerais, levando-se em consideração a importância da sua existência hoje e o valor que lhe devemos prestar em vista de um passado onde sua atuação através dos pais não fora possível. Destaca-se os aspectos legais, que em virtude disso, se torna não apenas um favor, porém, um direito, que se busque fazê-lo funcionar como um instrumentos de conquistas educacionais como está previsto por lei. Analisa-se ainda, o conceito de família, levando-se em consideração as diversas formações na sociedade hodierna, procurando-se explicar o conceito de família nuclear e relação as demais composições.

Analisa-se o Conselho Escolar como parte essencial no processo de educação democrática e participativa, se constituindo um órgão colegiado vital para agregar a família/comunidade de pais e responsáveis, aonde possa obter, além da participação ativa, serem a própria voz e ação popular de comando em relação às suas necessidades e objetivos em termos de uma educação que se esmere na realidade social dos que buscam para si melhorias em termos de qualidade, podendo assim exercer seu papel político-pedagógico com responsabilidade e zelo.

Buscou-se outras experiências que deram certo, além da pesquisa na Escola Waldir Garcia aonde o Conselho Escolar ousa atuar e ser parte das melhorias escolares, como na

reforma da educação básica no Ceará-Br onde a participação democrática da família foi garantida através da facilitação para a formação dos Conselhos Escolares que contribuíram para as conquistas posteriores, ainda, analisamos o contexto de uma escola no município de Coari-Am, onde os Conselhos foram implantados em todas as escolas da rede estadual, e confirmou-se seu êxito ao averiguar a evolução da educação em conquistas, pelo menos, em uma das escolas que se propuseram a aceitar desafio.

Analisou-se os espaços formativos da prática acadêmica necessários para um desenvolvimento docente seguro, onde se pudesse conviver em contextos reais, dando, recebendo e compartilhando experiências, aprendendo assim em comunhão com os docentes acostumados ao ambiente escolar e dispostos a contribuir para a melhoria da educação. Ousa-se apresentar uma propositura de intervenção, onde se esboça com base na experiência, uma forma de composição do Conselho Escolar levando-se em consideração seus componentes, o processo eletivo, a escola, a chamada pública e a sua legitimidade.

O trabalho está organizado em quatro capítulos: no primeiro, na justificativa, faço uma breve biografia de minha vida escolar e de estudos, como também das experiências obtidas que me motivaram a pesquisar sobre o tema, que realizou-se na Escola Municipal Professor Waldir Garcia por tratar-se de um contexto escolar em pleno andamento na busca de alcançar esta parceria necessária entre escola e família para uma educação de qualidade, com várias conquistas já obtidas. O segundo capítulo sobre a metodologia, analiso a importância do Conselho Escolar e os pais na busca de soluções educacionais, onde abordo a questão do entendimento dos mesmos sobre essa necessidade, e quais mecanismos são utilizados para sensibilizá-los, tendo na gestão democrática e participativa um papel importante nesse sentido, onde são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para se chegar as conclusões descritas. O terceiro capítulo, conceituando os Conselhos Escolares, demonstro tratar-se de uma conquista histórica esse direito dos pais em participarem, e como a sua criação e funcionamento está previsto em lei, precisa-se de envolvimento político para efetivas conquistas, onde descrevo locais onde foram bem sucedidas as experiências do Conselho Escolar com a participação da família. E no quarto capítulo, sobre a pesquisa de campo, descrevo minha trajetória nos espaços que me proporcionaram as experiências necessárias para minha formação e entendimento sobre o assunto da monografia, como também a oportunidade de apresentar proposituras de intervenção com base na minha compreensão sobre o Conselho Escolar e o seu funcionamento.

Enfim, procurou-se demonstrar que na comunidade escolar onde a participação dos pais e responsáveis é valorizada e estimulada, de forma política através do Conselho Escolar com a autonomia do seu representante, que há um substancial progresso pedagógico, e as relações de respeito são valorizadas, e todas estas questões redundam em uma educação que alcança ao que foi planejado e ao que propuseram contribuindo assim para um ambiente em desenvolvimento para alcançar patamares maiores em termos de gestão participativa.

1. JUSTIFICATIVA

1.1 Minha vida escolar: aprendizado e experiência

Nascido no dia sete de outubro de mil novecentos e sessenta e nove, às dezesseis horas, batizado com o nome Manoel Nazareno Pinheiro Mendes, filho de Manoel Maciel Montefusco e Alba Pinheiro de Paulo em Envira no Amazonas, sendo o penúltimo de dez irmãos. Meus pais não tiveram a oportunidade de estudar, pois moravam no interior do Amazonas desde que nasceram, assim como sete dos meus irmãos mais velhos, uns não estudaram e outros não chegaram o concluir o antigo segundo grau. Chegamos a Manaus capital do Amazonas em mil novecentos e setenta e um, com menos de dois de idade, já com meus pais separados, apenas na companhia de minha mãe e meus nove irmãos, isto me deu a oportunidade de estudar.

Comecei a estudar aos seis anos de idade no que chamavam antigamente de Aula Particular, uma espécie de “aulas régias”, que era feita numa residência onde geralmente a dona da casa era a professora. Era pago mensalmente, onde tinha outras crianças reunidas, onde era um preparo para entrar na Escola já tendo aprendido algumas coisas, principalmente ler, escrever e fazer contas de matemática. Nesta aula particular, geralmente em matemática, eram usados uns métodos que, para hoje, um tanto quanto arcaico, porém na época muito natural que era o uso da palmatória nos alunos que não aprendiam e não sabiam de cor a tabuada, e, portanto, respondiam errado, e recebiam o chamado bolo, como punição por não ter estudado.

Estudei os primeiros quatro anos do antigo primeiro grau na Escola Estadual General Sampaio em mil novecentos e setenta e oito, aos oito anos de idade, com um ano de atraso, pois minha mãe não conseguiu vaga na escola para que começasse aos sete anos como era previsto. Esta escola que a princípio foi criada para alfabetizar soldados do Exército Brasileiro, estava localizada dentro do quartel do Primeiro Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS), e agora funcionava para também para ensinar as crianças nos primeiros quatro anos da vida escolar. Tinha uma disciplina rígida, onde para entrar em sala de aula era preciso primeiro entrar em forma, ou seja, se organizar em filas e obedecer a certos comandos, que eram dados também a soldados, como: sentido, descansar, cobrir, etc., e logo após entravam na sala para estudar em filas e de maneira ordeira. Pelo menos um dia na semana todas as salas de aula deveriam levar seus alunos para a chamada Parada Militar, que nada mais era

que, juntamente com os soldados marchar e ficar juntamente na frente do comando do quartel cantando o hino nacional, da bandeira, do Amazonas e etc.

Após a conclusão da antiga primeira à quarta série na Escola Estadual General Sampaio, fui transferido para outra escola a fim de concluir o primeiro grau, estudando mais quatro anos, do quinto à oitava série. Ao contrário dos meus primeiros anos de experiência escolar, na Escola Estadual Fueth Paulo Mourão, não era tão rígida quanto à disciplina. Quando chegava o horário de entrar o portão era aberto e os alunos se dirigiam diretamente para a sala de aula para aguardar o professor. Alguns alunos tinham dificuldade em estudar e aprender, pois, por falta de carteiras tinham que sentar na janela e escrever com o caderno posto em cima das pernas. Haviam muitas carteiras quebradas, infelizmente pelos próprios alunos, que eram empilhadas para serem descartadas. Toda essa situação era muito complicada para eu assimilar, pelo fato de ter vindo de uma escola que era totalmente a antítese desta agora. Porém consegui passar todos os anos sem ficar reprovado. O último ano nesta escola, pelo mês de junho, tive que ser transferido para a noite, já que estudava no horário matutino, e, agora tinha conseguido um trabalho de carteira assinada e iria precisar do período do dia para tal e estudar pela parte da noite. Foi um período bastante cansativo, porém, compensador e de aprendizado, pois a partir daí, teria que me acostumar a esta rotina em todo o período escolar do antigo segundo grau.

No ano de mil novecentos e oitenta e três estudei e concluí o curso e recebi o certificado para exercer a profissão de datilógrafo, o que era imprescindível para a época se desejasse entrar no mercado de trabalho. Completei o curso estudando pela tarde, aproveitando que estudava na escola pela manhã. Para a época obter um certificado de datilógrafo era muito importante, pois, ao procurar emprego uma das primeiras coisas que pediam era o certificado de conclusão do curso. Meus últimos três anos escolares foram na Escola Estadual Presidente Castelo Branco, no turno noturno, de mil novecentos e oitenta e seis ao ano de mil novecentos e oitenta e oito, durante os quais trabalhava de dia e ao sair ia diretamente para a escola. Uma escola muito boa, com bons professores, alguns deles conheço até hoje, e, onde com certeza aprendi muito sobre administração, onde recebi o diploma depois de fazer estágio, de Assistente de Administração em 1997. Infelizmente a necessidade de trabalhar para a ajuda no sustento de casa, me fez não dá continuidade aos meus estudos.

Servi à Pátria na Base Aérea de Manaus no período de 01 (um) ano, de 01 de agosto de 1988 à 01 de agosto de 1989. No ano de mil novecentos e oitenta e oito ainda estava no último ano escolar do antigo segundo grau, portanto, foi tempo difícil e cansativo, pois,

depois de tantas atividades e treinamento como “recruta”, no final do dia tinha que sair do quartel e ir diretamente para a escola. Muitos dias pelo cansaço nem ia para a escola, preferindo ir para casa descansar e dormir para se preparar para o outro dia. Estudei e concluí no período de 01 de janeiro de 1985 à 01 de janeiro de 1992, um curso de teologia básica que era ministrada nos fins de semana. Só foi possível estudar e receber este diploma de teologia ministerial porque como era ministrado nos fins de semana, não coincidia com meu trabalho ou depois como soldado da Base Aérea e também com meus estudos de segundo grau. Durante este período estudei trinta e cinco disciplinas, o que fortaleceu minha crença em Deus e nos valores bíblicos, bem como me fez ter uma leitura de mundo a partir dos princípios e descobertas através da Teologia. Mesmo antes de haver concluído o curso, fui convidado pelo diretor do Seminário para atuar como monitor e ensinar o que na época era apenas uma turma, o que aceitei e passei aos vinte anos de idade a ministrar aulas, não remuneradas, neste Seminário o que faço até ao dia de hoje.

Depois de ter prestado vestibular algumas vezes, e não ter conseguido passar, resolvi fazer mais uma vez e, pela última vez se não passasse, pois, já não via vantagem em fazer uma faculdade pela minha idade, e por ironia do destino passei. Minha intenção a princípio era apenas estudar as disciplinas de psicologia, filosofia, sociologia e história, para aprender um pouco mais a respeito do processo pedagógico, porém, fui tomando gosto pelas outras disciplinas e fui ficando para mais um período e estou aqui no nono e último concluindo o curso. Tenho aprendido bastante, e o que sempre lamento é ter entrado muito tarde no curso, pois mais novo e solteiro poderia aproveitar mais para estudar e ter mais tempo para pesquisar, mas, não posso olhar para trás só tenho a agradecer mesmo. Através da pedagogia e do que tenho aprendido me tornei um ser humano mais livre, mais compreensivo, capaz de entender o outro, mesmo que continue a guardar e defender meus valores inegociáveis que aprendi através da teologia.

No ano de dois mil e quinze, tive a oportunidade de convalidar meu curso de Teologia básica para a superior, o que o fiz ao mesmo tempo em que estudava também Pedagogia. Não foi um período fácil, pois além dos trabalhos do Curso de Pedagogia tinha que fazer os de Teologia, como ler livros e produzir resumos. Mas, aprendi bastante, pois na própria Teologia estudei a Sociologia também e questões antropológicas, o que acrescentou mais conhecimentos para eu na Pedagogia. Consegui concluir o meu TCC com o tema: “A nossa identidade em Cristo”, que foi aprovado e depois das burocracias necessárias coleí grau como Bacharel em Teologia pela FACETEN.

Este trabalho de conclusão de curso ousa apresentar sugestões para a formação e funcionamento do Conselho Escolar da Escola Municipal Professor Waldir Garcia. Como se trata de uma escola que está se organizando para trabalhar e se aperfeiçoar em Educação Integral, necessário se faz que obtenha bom êxito na participação dos pais, sem a qual, não seria possível alcançar tal objetivo.

Sendo o Conselho Escolar um instrumento fundamental para consolidar a participação ativa dos pais e comunidade, convém que realmente este represente não somente os pais, mas, seus anelos e vontades em prol da construção de uma comunidade escolar que atenda aos anseios mais nobres em relação a uma educação de qualidade e integral como se propõe o corpo docente.

A Escola Municipal Professor Waldir Garcia que se propõe a abraçar a causa da educação integral, com certeza deverá se comprometer com a comunidade de pais no sentido de conduzi-los a uma participação que não se resume a cobrarem a escola apenas como se eles fossem alheios a esse processo, mas a se colocarem como os próprios colaboradores e solucionadores das questões em adaptação e aperfeiçoamento, contribuindo assim para esta busca da educação integral, onde a formação e funcionamento do Conselho Escolar são fundamentais nesse processo.

Para tanto, destaco algumas proposituras de organização para a melhoria do seu funcionamento, composição, processo eletivo, escolha dos candidatos, chamada pública e legitimidade em relação ao Conselho Escolar.

Como pai de aluna já tive a experiência de participar do Conselho Escolar, como representante dos pais, de 03 (três) escolas aonde minha filha estudou e estuda, trata-se destas: Escola Estadual General Sampaio, Escola Estadual Fueth Paulo Mourão e Instituto de Educação do Amazonas (IEA).

Nas duas primeiras escolas acima, o Conselho Escolar logrou vitórias importantíssimas na educação, dentre elas posso citar a construção em tempo recorde, do primeiro e novo prédio onde funciona a Escola Estadual General Sampaio, já que onde funcionava dentro do quartel 1º BIS, suas instalações eram alugadas. E em virtude de termos de deixar o local e os alunos apenas serem alocados para outros colégios, o Conselho Escolar entendeu que isso seria prejudicial para os alunos e pais e se propôs a lutar pela construção da própria sede como aconteceu.

Na Escola Estadual Fueth Paulo Mourão já com uma imagem desgastada em virtude do tráfico de drogas ali existentes, onde as famílias adjacentes não matriculavam de forma alguma os seus filhos, o Conselho Escolar, tomou a iniciativa de mudar essa imagem e enfrentar a problemática e resolvê-la. Controlamos, praticamente acabamos com o tráfico de drogas existente com medidas muitas vezes duras, porém necessárias que deram certo e em poucos meses, muitos dos pais que matricularam seus filhos em colégios distantes, pediram transferência dos mesmos para o Fueth.

No Instituto de Educação do Amazonas (IEA), participo do Conselho Escolar como representante dos pais há poucos meses, porém já podemos perceber alguns avanços, como, por exemplo, a reforma de algumas salas de aula, isso que não ocorria há muitos anos, pois trata-se de um prédio histórico que necessita de algumas licenças para poder reformá-lo em sua totalidade.

1.2 Reencontro com meu campo de experiência

A presente pesquisa realizou-se durante o estágio supervisionado III no 8º período da licenciatura de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, na Escola Municipal Professor Waldir Garcia, localizada na Travessa Pico das Águas, nº 339, bairro São Geraldo – Zona Urbana da Cidade de Manaus – AM, as quartas e quintas-feiras pela manhã e alguns dias pela tarde no período do mês de março a junho de 2018, sob a responsabilidade da professora Neylanne Pimenta.

A pesquisa exploratória tornou possível esta análise, levando-se em consideração que a escola tem um Conselho Escolar em funcionamento e que foi composto inicialmente por indicação da gestora, porém, pretende-se que na próxima composição seja feito pelo voto democrático dos pais, portanto, tornando-se, objeto de estudo e de análise. E foi viabilizado durante o período das disciplinas de Estágio III e TCC, através da observação e conversa informal com os pais e do processo para a composição do Conselho Escolar, com a devida permissão de coletar e analisar os dados obtidos.

Necessário se faz esta pesquisa e seus possíveis resultados com respeito ao funcionamento do Conselho Escolar, devido ao pouco conhecimento que se tem do mesmo e também do seu grande poder de alcance educacional no contexto escolar pelos pais, como instrumento político-pedagógico de diálogo e busca de resolução de problemas internos dos filhos e responsáveis da comunidade escolar no âmbito patrimonial, moral e educacional.

Compreender-se-á através da observação/análise do processo de votação para a eleição e legitimidade do Conselho Escolar e perguntas feitas aos pais e educadores sobre o significado do ato de votar e como se chegou ao conhecimento de sua existência e do dia que deveria fazer-se presente para a votação, dando assim plenos poderes através da Chapa eleita pelo processo democrático para a futura posse.

É de fundamental importância a compreensão dessa questão político-pedagógica, pois o Conselho Escolar é um instrumento legítimo e democrático, que através do diálogo é capaz de resolver situações/problemas escolares que de outra forma não seria possível.

Compreender o porquê muitos pais estão alheios à funcionalidade do órgão colegiado o Conselho Escolar e as possíveis causas da desinformação, visto que a sua identidade, como instrumento de parceria entre os vários segmentos escolares e comunitários como também a sua importância dentro do processo educacional, se reveste de uma singularidade onde a família deveria estar consciente sem muito esforço da sua realidade.

Os pais ou responsáveis pelos alunos confundem o Conselho Escolar com o Conselho Tutelar, Conselho de Classe, etc., ou outros Conselhos que têm conhecimento da existência dentro da comunidade onde moram. Dependendo de, com qual outro órgão ou conselho estejam-se confundindo, demonstram algum tipo de apreensão percebido pela feição do momento e chegam até a pedirem licença e irem embora se tiverem dialogando.

Aqueles pais que após alguns minutos de conversa sobre a existência do Conselho Escolar dentro do ambiente educacional dos filhos, tendem a aliviar-se da pressão que até então imaginavam se tratar de outras questões. Geralmente colocam-se à disposição para ajudar e contribuir no que for necessário, mesmo que passivamente à princípio.

Reafirmamos que projetar a instituição é tarefa dos seus agentes e não de “especialistas” e/ou “burocratas” do sistema educacional. É o coletivo que vai fazer sua leitura da realidade, manifestar seus objetivos e assumir compromissos com a prática transformadora, de tal forma que o Projeto contemple sua singularidade e tenha *cara* da escola. (VASCONCELLOS, 2006, p. 27).

Percebe-se que alguns pais têm consciência da existência do Conselho Escolar, porém, não a tem de sua funcionalidade. Ouvem falar muito esporadicamente na época da composição ou eleição, mas, não entendem os segmentos que o compõe, como: o representante dos pais, dos alunos, dos funcionários, dos professores, da comunidade, e tendo o gestor como representante nato, podendo ser o presidente ou não, como assim o desejar.

A princípio, a família, não sabe a quem recorrer e qual a vaga que deve pretender ocupar, como também as diretrizes democráticas de procedimento. Necessita-se que seja informada de como deve proceder para almejar e ter chances de compor no Conselho Escolar o segmento que representa.

Entender porque o Conselho Escolar sendo um órgão colegiado tão importante para a gestão democrática, os pais, na figura do seu representante, não passam por um treinamento, pois, eles não têm ideia de como atuar, o que devem fazer, ficando muitas vezes a mercê de ordens ou de acatar o que se pede que façam, muito embora, seja evidente a vontade de aprenderem a atuar no contexto escolar.

Em última análise, o que o enunciado sugere é que, partindo de uma compreensão crítica da *prática educativa* bem como de uma compreensão crítica da *participação comunitária*, nos alonguemos em considerações e análises em torno de suas relações. Em torno de como, fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à *participação* por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo. (FREIRE, 2001, p. 34).

Analisar a falta de motivação dos pais ou responsáveis, por uma participação mais efetiva no meio escolar é necessário. Conhecer os motivos e objetivos de atuação do Conselho Escolar pelos quais atua, conhecendo a sua dimensão de alcance, e os meios de transmissão dos mesmos para o conhecimento da comunidade como forma de inserir os pais no processo é esclarecedor.

O conhecimento por parte dos pais e da sua área de atuação no Conselho Escolar deve ser levado em consideração em se tratando de participação mais efetiva, e a gestão escolar democrática deve favorecer a que tenham essa compreensão, para que a participação da comunidade de pais no processo escolar não se torne apenas passiva, porém, ativa tendo a par os conhecimentos necessários de sua área de atuação.

Deve haver uma legitimação na área de atuação dos pais no Conselho Escolar das quais devem estar cientes, pois, consciente de que a sua atuação tem um perímetro que deve ser respeitado e que a sua autonomia no agir tem atribuições que não lhes pertence, estará mais à vontade para buscar o que propõe para a comunidade. Pois,

É sempre bom lembrar que toda autonomia é relativa; o discurso da autonomia não pode ser usado para justificar fechamento, isolamento, auto-suficiência. Não podemos esquecer que o trabalho que desenvolvemos na escola, independente da ordem jurídica da sua mantenedora (estatal, comunitária ou privada), tem uma dimensão pública, uma função social, já que diz respeito a direitos fundamentais de cidadania. (VASCONCELLOS, 2006, p. 21).

O saber agir, então se reveste de responsabilidade tendo em vista o direito do outro, e não um nível de atuação unilateral onde se desconhece ou não se respeita os demais segmentos, se tornando intolerante. “A intolerância é sectária, acrítica, castradora”, (FREIRE, 2001), não contribuindo em nada para o progresso nas dependências físicas e pedagógicas da escola.

Sensibilizar aos pais ou responsáveis da importância da participação de forma efetiva no Conselho Escolar será revolucionário. Porém, uma das questões que transparecem quando se busca esse foco de entendimento, é que a sua grande maioria não sabe como participar, ou seja, tem dificuldade para compreender os meios legais, dentro do processo democrático, quando deseja galgar por conquistas educacionais através deste órgão colegiado.

Facilitar aos pais esse acesso à participação política-pedagógica de modo democrático deve ser uma das metas da gestão escolar, de forma a desburocratizar os meios de acessibilidade às informações e ao contato com os responsáveis pelo processo quando a família ciente do seu papel assim o desejar fazer parte daquilo que lhes é inerente por direito.

Paulo Freire leva essa questão da participação popular muito a sério, pois, diz,

Quando fui Secretário de Educação da cidade de São Paulo, obviamente comprometido com fazer uma administração que, em coerência com o nosso sonho político, com a nossa utopia, levasse a sério, como devia ser, a questão da participação popular nos destinos da escola, tivemos, meus companheiros de equipe e eu, de começar pelo começo mesmo. Quer dizer, começamos por fazer uma reforma administrativa para que a Secretaria de Educação trabalhasse de forma diferente. (FREIRE, 2001, p. 38).

Desejar que a família/comunidade de pais e responsáveis tenha uma real compreensão da necessidade e da sua importância no processo da gestão participativa através do Conselho Escolar, deve revestir-se, por parte da direção e dos responsáveis, num esforço de transmitir informações escritas de formas mais simples e dispor do tempo necessário para explicar oralmente, caso haja necessidade.

É preciso que o representante dos pais no Conselho Escolar esteja presente nas reuniões marcadas, solicitadas ou extraordinárias, informando antecipadamente à gestão escolar, possíveis ausências, demonstrando assim, o grau de comprometimento que tem com as causas educacionais da escola e com os pais aos quais representa.

A direção da escola deve pautar por coerência na marcação das reuniões do Conselho Escolar, entendendo que o tempo dos pais é diferente do dos educadores, pois estes já desenvolvem seu trabalho dentro do ambiente escolar, portanto, têm mais facilidade de

participação, enquanto aqueles desenvolvem seu trabalho secular fora do ambiente escolar tendo que agregar sua função no Conselho Escolar a esta demanda.

A decisão de qual estratégia utilizar para garantir a participação das pessoas deverá ser preocupação da equipe de coordenação, levando em conta o tempo conforme recomenda Gemerasca e Gandin (2002). No processo onde se deseja a presença e participação da comunidade de pais, quando se almeja uma gestão participativa, deve facilitar essa parceria, e não se pode prescindir do tempo nessa questão.

Outra dimensão que deve ser levada em consideração em termos de participação da família no contexto da escola, através do Conselho Escolar, é o seu representante saber como se portar diante das demandas que se apresentam e a forma de buscar melhorias necessárias visando o segmento dos pais e responsáveis, bem como a comunidade como um todo, levando em consideração a ética, o respeito e atuar dentro das leis pré-estabelecidas.

Avaliar se existe a preocupação da gestão da escola em produzir e facilitar os meios para que os pais se envolvam efetivamente na vida educacional dos filhos e da escola através do Conselho Escolar, buscando uma parceria e contando com suas experiências e vivências visando o progresso e conquistas educacionais efetivas, é muito importante.

A gestão democrática participativa como diz o nome deve e precisa educar e informar o representante do segmento dos pais, sobre as suas atribuições, conduzindo-o aonde possa se inteirar das mesmas, para conhecer, entender o processo político-pedagógico no qual está inserido e as normas vigentes nas quais precisa atuar respeitando-as.

Necessário se faz que o representante dos pais no Conselho Escolar, se revista de liberdade, com base na compreensão democrática da função que exerce, para exprimir seus temores, ideias e valores em relação aos seus filhos, e se sinta à vontade para compartilhar essas questões com os outros segmentos, pois,

Discutir o papel que a família deve desempenhar no sistema educativo e sua participação nas práticas aí desenvolvidas é essencial para esclarecer os novos mapas de poderes em educação. As demandas de participação dos pais na educação de seus filhos merecem atenção, pois apontam para a revisão de práticas inconvenientes de isolamento escolar; evidenciam temores de que a escola não responda a necessidades da sociedade atual; apontam para novas formas de entender a democracia e desnudam movimentos não legitimadores de tudo que retire poder de decisão das mãos dos interesses particulares. (ANASTÁCIOS, ALMEIDA, GOMES, 1999, p. 308).

Sentir-se aceita no meio educacional da escola onde participa na pessoa de seu representante e onde os filhos estudam, e ainda entender que a sua opinião e presença é

importante, fará toda a diferença para a comunidade de pais, que agregará conhecimentos necessários para ajudar a gestão, em posse destes, a tomar as melhores decisões juntamente com o Conselho Escolar, em prol da melhoria da educação que se propõem.

Perceber, portanto, sua importância e dos pais, por suas atribuições dentro do processo educacional e no Conselho Escolar como representante, atuará de forma transformadora, compartilhando informações, sobre a família, em suas conversas informais, ou sobre a comunidade onde residem, a fim de juntamente com os outros segmentos chegarem a soluções possíveis dentro do contexto escolar.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza qualitativa e foi desenvolvido através de pesquisas teóricas, documental e de campo, com os fundamentos teóricos-metodológicos de TRIVIÑOS (1987), BOGDAN e BIKLEN apud OLIVEIRA e ALVES (2001), BACHELARD (1996), TEIXEIRA apud PINTO e PIMENTA (2012), SOLLAS apud FREIRE (1996), PINTO e PIMENTA (2012), a pesquisa deu conta dos instrumentos de coletas de dados que foram: entrevistas informais, comparação, observação, análise documental, além dos registros do caderno de campo utilizado nas atividades dos Estágios Supervisionados. Utilizou-se de entrevista semiestruturada com os pais e responsáveis por alunos e com os membros do Conselho Escolar.

2.1 Problema

Enquanto problemática necessita-se o comprometimento da família com a educação de seus filhos e inteirar-se sobre o funcionamento e importância do Conselho Escolar como instrumento de conquistas educacionais, buscando parceria com a direção da escola a fim de que através do diálogo, busquem-se possíveis soluções que não sejam decisões isoladas, mas de um comprometimento dos pais, comunidade e da direção escolar.

A participação dos pais na vida dos filhos no contexto escolar é de suma importância para o êxito educacional deles. Na verdade é uma necessidade tão relevante que na Constituição Federal deixa transparecer o direito e o dever que a família tem em fazer parte da educação dos mesmos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEGISLAÇÃO DE ENSINO INFORMATIVO Nº 1, 1997).

Esse direito de participar na educação dos filhos que é garantido por lei e é um dever da família, porém, trata-se ainda de um privilégio, portanto, e em virtude disto necessário se faz que os pais tenham conhecimento e seja colocada em prática com o incentivo e interesse da escola para que os mesmos exerçam não uma cidadania de papel como adverte Dimenstein, (2001), porém, uma cidadania brasileira em toda a sua plenitude pela atuação exercida.

Exercer a responsabilidade pela participação na educação dos filhos pelos pais ou responsáveis como uma obrigatoriedade imposta por lei, apenas dificulta a compreensão de que essa relação pai/filho é mais que uma necessidade, é um privilégio no qual todos

deveriam não apenas fazer parte, mas buscar e se inteirar das iniciativas que a escola tem em prol de facilitar e incentivar essa relação através dos meios proporcionados e dos organismos existente para tal, como o Conselho Escolar, por exemplo.

A visão de entregar o filho para a escola e não mais se intrometer, pois irá atrapalhar a sua educação, é uma visão arcaica que precisa ser superada. Infelizmente, a visão elitista ainda está presente em várias famílias, onde desconhecem o padrão de comprometimento e responsabilidade que devem exercer pela educação dos seus filhos que exige uma participação na qual a educação seja direcionada para as suas reais necessidades como cidadãos do mundo.

Os bons resultados da educação dos filhos deveriam ser o complemento do bom índice de envolvimento da família no contexto escolar. A visão equivocada de uma boa educação, infelizmente, se reveste da não participação dos pais que foi adquirida principalmente na época dos governos militares, onde não havia o incentivo para o envolvimento dos mesmos, apenas era solicitada a presença se o filho manifestasse algum tipo de problema disciplinar.

Creditar a terceiros o sucesso no aprendizado e educação dos filhos, sempre foi a sina dos pais, enquanto, na verdade, deveria se perceber como parte do êxito. Analisar sua ausência no contexto educacional do filho como necessária para o bom andamento da vida escolar, apenas alimenta uma educação neoliberal de motivos escusos em relação a ele.

É preciso buscar e ser parte dos resultados de uma educação transformadora, onde os homens se educam em comunhão (FREIRE, 1987), onde os pais são co-responsáveis pela boa educação dos filhos juntamente com os outros educadores, entendendo que a omissão ou ausência, não pode ser o caminho para obtenção de melhores índices de aprendizado por parte da escola.

Saber da existência do Conselho Escolar como instrumento político-pedagógico onde se pode ter uma participação ativa e de tão grande relevância para conquistas educacionais, é libertador para os pais. No meio educacional, onde poucas vezes são valorizados como capazes de fazer parte das decisões da escola, onde são vistos como fiscais, ou até mesmo como intrometidos, os pais compreenderem que podem e devem buscar ser parte das decisões educacionais como um direito e que existem esses meios é motivador.

Sem a transformação de estruturas assim que terminam por nos perfilar à sua maneira, não há como pensar em participação popular ou comunitária. A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da *res*-pública. (FREIRE, 2001, p. 38).

Entender o Conselho Escolar como um espaço democrático e de direito, onde tem representação, e onde são convidados a tomarem parte por direito, incentivará a comunidade de pais a estarem presentes, pois, não mais se sentirão num lugar alheio, com vergonha de se posicionarem como se não tivessem importância, porém, estarão presentes com todas as credenciais para serem parte das decisões escolares necessárias em relação aos seus filhos.

Compreender a funcionalidade de vários organismos existentes na comunidade escolar como Grêmios Estudantis, APMC, por exemplo, é uma das necessidades dos pais, o que não é diferente em se tratando do Conselho Escolar. Como conseguir essas informações, deve ser interesse da própria gestão escolar, facilitando o acesso, e dirimindo as dúvidas que existirem.

Dentro de uma gestão democrática participativa, quanto mais os pais souberem o funcionamento dos órgãos colegiados e das estruturas escolares, melhor. Assim, quanto mais as famílias compreenderem a organização e formação do Conselho Escolar, mais haverá o interesse de participarem e de mais famílias também, tornando o processo democrático fortalecido.

A comunidade de pais geralmente não sabe de onde vieram as conquistas escolares, ou imaginam que acontecem automaticamente, em ambos os casos não ajuda a se fortalecerem democraticamente na participação destas. A compreensão de que muitos resultados são frutos de lutas e que sem a busca dos seus direitos não alcançarão o que se propõem, e ainda que o Conselho Escolar é um desses instrumentos de lutas e conquistas, os motivará a se unirem e se fortalecerem em torno de uma causa.

Nada deve ser feito, portanto, no sentido de ajudar o Estado elitista a descartar-se de suas obrigações. Pelo contrário, dentro de suas escolas comunitárias ou dentro das escolas públicas, as classes populares precisam, aguerridas, de lutar para que o Estado cumpra com o seu dever. (FREIRE, 2001, p. 39).

A nítida noção de que a comunidade dos pais pode através do processo democrático e de lutas, organizados através do Conselho Escolar, obrigar, por assim dizer, o Estado a cumprir com as leis educacionais existentes, e que elas não se realizarão automaticamente, e que podem ser parte destas conquistas, os conduzirão a se unirem sempre em torno daquilo que se propuserem e que for necessário para melhorar a educação dos seus filhos.

Chegar-se a compreensão da necessidade de trabalharem juntos a escola e a comunidade de pais através do Conselho Escolar, não ocorrerá sem que primeiro haja um comprometimento de ambas as partes, e isso requer iniciativa, que geralmente, ocorre através

da escola por entender os processos de funcionamento educacional da mesma, e não por falta de vontade dos pais, se não por falta de entendimento do seu valor e importância.

A família a par do seu papel e importância dentro do sistema educacional dos filhos, tendo por base a iniciativa da escola em lhe proporcionar essas informações e por entender que não se faz uma gestão democrática sem a participação dela, tomará para si a responsabilidade de ser parte deste processo, tomando outras iniciativas visando às melhorias necessárias para a comunidade escolar.

O processo educativo que se desenvolve na escola pela instrução e ensino consiste na assimilação de conhecimentos e experiências acumulados pelas gerações anteriores no decurso do desenvolvimento histórico-social. Entretanto, o processo educativo está condicionado pelas relações sociais em cujo interior se desenvolve [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 24).

A gestão democrática como detentora do saber sobre o funcionamento da educação escolar, deverá motivar-se e iniciar uma série de ações que visem informar a família sobre a sua importância e da forma de participação através dos órgãos colegiados, e mais especificamente do Conselho Escolar, para que exerçam de forma efetiva o que lhes é garantido por lei.

As relações sociais no espaço escolar de forma sadia não devem prescindir da conversa, do diálogo. A natureza do próprio docente, o leva a falar, na verdade ele é preparado para saber se expressar. Entretanto, a comunidade de pais, salvo os que já têm uma formação anterior na vida secular, não é treinada e nem acostumada ao diálogo, fazendo-se necessário, por parte dos professores, que exerçam o seu papel de compreensão e mesmo de paciência para com eles, visando um relacionamento promissor.

Paulo Freire (1987) diz que “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo”, portanto, o ato de amar é o ouvir pacientemente, o compreender, o informar, etc., que faz parte da educação docente e tão necessária o seu exercício na gestão democrática através do Conselho Escolar.

Muitas vezes a falta de comprometimento dos pais com os projetos educacionais dos filhos na escola, é pura falta de conhecimento e compreensão dos mesmos. Apenas uma informação vinda “de cima pra baixo”, não é suficiente para serem entendidas e acatadas. Necessário se faz que haja um planejamento por parte da gestão democrática no sentido de informar a família sobre as ações educacionais de maneira a deixá-los seguros ao ponto de apoiar, contribuir e participar, como partes do projeto e não apenas como meros expectadores.

A visão equivocada de que os programas e projetos da escola devem ser analisados pelos docentes que estão preparados para isso e depois devem apenas ser apresentados aos pais para a aprovação, pois, os mesmos, não têm a capacidade necessária para contribuir na formação e aperfeiçoamento, é uma visão elitista e preconceituosa, além do que compromete a participação na escola de forma mais pontual, desprezando o órgão colegiado de participação popular, ou seja, o Conselho Escolar.

A proposta trazida por Paulo Freire é revolucionária, exige uma nova concepção sobre o ser humano, dá novo significado ao sentido do conhecimento, questiona as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas estabelecidas e coloca os pobres como protagonistas da transformação social. (KOHARA, 2008, p. 22).

A família sentir-se segura de que realmente tem importância no processo escolar, como protagonista, e não apenas como necessária sua participação mesmo que sem significado para uma boa convivência, vai gerar um grau de comprometimento muito alto em relação ao seu papel no meio escolar.

A concepção dos pais sobre a sua capacidade para atuar e participar da boa educação dos filhos redundará num compromisso maior que terá como consequência bons resultados para comunidade escolar. Compreender que a educação é feita para eles, ou seja, para seus filhos, pois, “não há docência sem discência” (FREIRE, 1987), e deve ser feita por eles também, os conduzirá a um nível de participação no Conselho Escolar de forma transformadora no meio escolar e social.

2.2 Questões norteadoras

- a. Qual o entendimento dos pais a respeito da atuação do Conselho Escolar no ambiente escolar?
- b. Como sensibilizar os pais da importância de sua participação no Conselho Escolar?
- c. Existe a preocupação da gestão da escola quanto a atuação dos pais no Conselho Escolar?

2.3 Objetivos

2.3.1 Geral

Compreender possíveis fatores que contribuam para a atuação da família/comunidade de pais e responsáveis em relação ao Conselho Escolar no processo político-pedagógico e

qual a participação e iniciativa da gestão da escola para que entendam o seu funcionamento e a importância de se envolverem efetivamente.

2.3.2 Específicos

1. Identificar que conhecimento os pais possuem sobre a competência do Conselho Escolar em sua forma de atuação.
2. Elencar iniciativas/ações que contribuam para sensibilizar os pais quanto a importância do Conselho Escolar e da sua participação.
3. Analisar questões político-pedagógicas efetivadas como resultado da parceria dos pais no Conselho Escolar e a gestão democrática participativa da escola.

2.4 Procedimentos metodológicos

2.4.1 Método dialético

Utilizou-se a pesquisa do método dialético, por se tratar de um contexto social das escolas e a busca de melhorias através de mecanismos democráticos como o diálogo e também de ações baseadas em conquistas sociais que devem ser postas em prática, através da iniciativa da comunidade de pais no Conselho Escolar em comum acordo com a gestão participativa de forma a se tornarem uma unidade na busca das melhorias educacionais.

Constatou-se que as conquistas já estabelecidas pelos movimentos de pessoas ligadas e interessadas na melhoria da educação, que num primeiro momento é posta em forma de lei para existir a obrigatoriedade, não se realizarão automaticamente se as outras partes interessadas e diretamente envolvidas não buscarem a concretização destes direitos e isto envolve a família e a comunidade escolar como um todo.

Uma dicotomia aparente, a da teoria da prática, é resolvida, parece-nos, adequadamente pelo materialismo dialético. Se pensarmos na história do homem, em seu ciclo evolutivo, sem dúvida alguma, concluiremos como Goethe, em Fausto, “no princípio era a ação”. O ser humano, ou o que caminhava para ser tal, só depois de muitas experiências começou a acumular conhecimentos cujo uso repetia para resolver problemas de sua existência diária. (TRIVIÑOS, 1987, p. 63).

Buscou-se descobrir os mecanismos democráticos usados no Conselho Escolar para que houvesse o interesse por parte da escola e pais no desenvolvimento de ações que acarretassem em conquistas perceptíveis de forma a se tornarem uma prática em constante desenvolvimento no ambiente educacional.

Analisou-se o nível de importância que se atribui ao diálogo no processo democrático da gestão escolar participativa, levando em consideração a formação e funcionamento do Conselho Escolar, bem como da conversa com o grau de conhecimento que os pais têm dos seus direitos e as conquistas que proveem dos mesmos.

Relacionou-se o desenvolvimento da escola através de projetos dentro e fora das dependências físicas e a compreensão dos pais sobre o Conselho Escolar e sua importância para que alcançassem esses direitos, como também o entendimento político-pedagógico sobre esse órgão colegiado, como indispensável para conquistas futuras.

Comparou-se a participação familiar nas decisões escolares através do Conselho Escolar com o seu nível de comprometimento com as causas educacionais e de satisfação em relação aos filhos fazerem parte do colégio e serem os principais beneficiários de conquistas obtidas através da sua própria competência e iniciativa.

2.4.2 Pesquisa qualitativa

Analisou-se através da pesquisa qualitativa a real condição do funcionamento do Conselho Escolar, se atende ao que é proposto através da gestão democrática participativa, ou se apenas tem uma participação figurativa por necessidade de lei para alcançar benefícios educacionais que sem a sua existência não seria possível, tolhendo-o assim, do seu verdadeiro papel político-pedagógico de conquistas educacionais.

Buscou-se descobrir quais as ações/iniciativas dos pais aonde realmente chegou-se a resultados eficazes, e por quais meios legítimos e democráticos que resultaram em melhorias para a escola e educação, assim como, a importância de um Conselho Escolar bem formado com sua representatividade colaborando nessas conquistas.

Relacionou-se a iniciativa e vontade política-pedagógica da gestão participativa com o funcionamento do Conselho Escolar, e o seu comprometimento de atrair a família para atuar junto ao órgão colegiado no convívio escolar, e percebeu-se, que isto redundava em comprometimento e a busca de soluções para situações adversas por parte dos pais e do seu representante na comunidade escolar.

Percebeu-se, que o nível de participação da família e comunidade no processo político-pedagógico através do Conselho Escolar, deu-se principalmente quando se sentiam parte do processo, não por acaso, mas por serem convocados a participarem das decisões, seja

nas assembleias gerais, nas reuniões de pais, e principalmente por terem as suas opiniões expressadas pelo seu representante nas reuniões deste órgão colegiado.

Procurou-se entender a organização interna do Conselho Escolar e a representatividade dos pais, onde detectou-se o valor despendido para os pais, na forma da composição, onde eles não tem apenas 01 (um) representante, mas vários, por entenderem, segundo a gestão, que a funcionalidade se torna mais viável, além do que contribui para que a família sempre esteja representada dada a sua importância no processo escolar.

Por isso se reconhece que a qualidade de uma coisa está intimamente ligada à maneira de como as propriedades e os elementos estão *estruturados*. Desta forma, a qualidade não é a simples soma de propriedades: *a estrutura* que tomam as propriedades é determinante para definir a qualidade de um objeto, isto é, o que “uma coisa é”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 66).

Constatou-se que os pais também fazem parte da escola nos projetos e oficinas proporcionados de forma não apenas passiva, porém ativa também, e não apenas os alunos como de praxe, portanto, compreende-se que o valor que se despende aos pais, através da gestão participativa, fortalece o processo democrático e o Conselho Escolar, pois, aqueles atuarão sempre baseados na abertura ou oportunidade que lhe são facilitadas.

2.4.3 Entrevistas informais

Procurou-se através de conversas informais com a gestão, compreender os motivos da iniciativa em formar um Conselho Escolar atuante, trazendo para próximo da administração as diversas representatividades, mas principalmente o representante dos pais, que através desse órgão colegiado tem uma parceria efetiva e constante diálogo em favor de melhorias para a comunidade escolar.

Pretendeu-se através da conversa, que se tirasse o foco das entrevistas formais onde há um peso nas palavras e geralmente um preparo para se tornar o mais agradável possível nas respostas, tornando o clima natural e descontraído e dessa maneira se obtivesse o quanto fosse possível, explicações mais convincentes e sinceras, pois

[...] nos estudos de observação participante, o investigador geralmente já conhece os sujeitos, de modo que a entrevista se assemelha muitas vezes a uma conversa entre amigos. Nesse caso, não se pode separar facilmente a entrevista das outras atividades de investigação. [...] Por vezes, a entrevista não tem uma introdução; o investigador transforma simplesmente aquela situação numa entrevista. (BOGDAN e BIKLEN apud OLIVEIRA e ALVES, 2001, p. 111).

Buscou-se, assim, chegar-se aos critérios utilizados para a formação do Conselho Escolar, bem como, os reais motivos de ser composto da maneira que foi, e aonde se pretende

chegar com a atual composição, e, quanto aos planos futuros se, se pretende continuar do jeito que está ou naturalmente o processo exigirá mudanças que serão aceitas ou não.

Analisou-se os critérios utilizados para a aproximação da família e comunidade, se estes de fato, se traduzem na realidade cotidiana dos pais, ou apenas foram decididos unilateralmente, sem a opinião ou intervenção dos mais interessados nessa parceria em prol da gestão democrática que acarretará em benefícios educacionais para os próprios filhos.

Tentou-se compreender através das entrevistas informais, os motivos e objetivos existentes para se pretender formar e estimular um Conselho Escolar atuante, onde geralmente, os pais, são excluídos do processo educacional, tornando-se meros coadjuvantes, e não são percebidos como autores da própria história, pois

As formas de gestão educacional, em sua quase totalidade, acabam por aclimatar a cretinização, favorecendo a replicação de uma estrutura fechada, composta por setores endogâmicos e incestuosos, que mais contribuem para fomentar a discórdia do que a religação. (CARVALHO, 2003, p. 69).

Utilizou-se, portanto, a conversa e o diálogo, para dimensionar até que ponto existe mesmo uma abertura de participação para a família nas decisões escolares, ou se, se trata apenas de mais uma forma de exclusão, onde os pais se tornam meros instrumentos de autenticação de decisões que já vêm prontas, visando benefícios que sem a assinatura dos mesmos não seria possível alcançar.

2.4.4 Comparação

Procurou-se comparar os resultados educacionais obtidos através da parceria entre a gestão escolar e os pais através do Conselho Escolar no tempo presente, com o tempo passado onde não havia ainda essa união e não obtinham os resultados que agora são uma realidade. Descobrir os fatores relevantes presentes foi preciso para se compreender os resultados, e isto só foi possível através da comparação com ações irrelevantes do passado aonde não se chegavam a resultados satisfatórios.

O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é “o que se poderia achar” mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro *depois*, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o ato de conhecer dá-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é o obstáculo à espiritualização. (BACHELARD, 1996, p. 17).

Buscou-se entender os pontos fundamentais que postos em prática resultaram em conquistas efetivas para o bom desempenho escolar e se analisar a importância que a família teve, à nível de participação, para que estas se concretizassem, e os motivos, os porquês de anteriormente não obtivessem o mesmo grau de abertura, de parceria, o quanto está obtendo agora no momento presente.

Comparou-se as necessidades subjacentes da educação do tempo presente que são praticamente em tempo real e necessitam de ações tanto quanto, e sua relação com a pressão de obter uma resposta rápida para os assuntos educacionais, se tiveram papel relevante na busca do órgão colegiado, o Conselho Escolar, e seu funcionamento de forma atuante, onde facilitaria ou teria a credibilidade necessária para dar a seriedade que as respostas necessitassem.

Constatou-se que o Conselho Escolar, composto pelos vários segmentos da escola, e tendo o representante dos pais, presente e atuante, com certeza, facilitaria o entendimento entre a gestão escolar e a família, do que sempre convocar uma assembleia para resolver assuntos educacionais que se apresentam muito rapidamente, portanto, é mais viável e talvez até forçadamente se procurar trabalhar em parceria através do órgão colegiado.

Analisou-se, se a iniciativa de propor uma gestão participativa e dinâmica onde se desse a importância necessária aos pais, não por questões políticas de obrigatoriedade somente, mas, de necessidade e compreensão que através do Conselho Escolar, se obtém as respostas mais rápidas, eficazes e realistas, foi da gestão ou da família, comparando-se com as decisões passadas para se chegar a uma conclusão.

Observou-se, e poderia ocorrer, é que ambos, pais e gestão, conjuntamente, tivessem a iniciativa de num mesmo período de tempo, deixar transparecer a vontade e a necessidade por uma gestão democrática e participativa, e dessem início a uma série de diálogos chegando a decisões unânimes quanto à prioridade do Conselho Escolar e da importância da representatividade dos pais. A comparação aqui também se faz necessária.

2.4.5 Entrevista semiestruturada

Elaborou-se um questionário semiestruturado com 10 (dez) perguntas relacionadas ao Conselho Escolar, onde se procurou compreender como os pais ou responsáveis dos alunos sentiam-se em relação ao órgão colegiado nas seguintes questões de 01 (um) a 10 (dez) nesta

sequência: eleição, participação, atuação, conquistas, necessidades, decisão, parceria, melhoramentos, ação e diferenças.

Entregou-se o questionário aos pais e responsáveis que se propuseram a cooperar, após uma breve explicação sobre o que se tratava, e responderam das seguintes maneiras: no local sozinho, lendo e escrevendo; levaram para casa e trouxeram-no respondido; deram suas opiniões, enquanto eu mesmo lia e escrevia.

Percebeu-se que alguns pais e responsáveis por alunos não responderam ao questionário pelos seguintes motivos: se propuseram a responder em casa, porém levaram e não trouxeram; estavam com pressa e não poderiam responder no momento e também não quiseram levar para responder depois; por alguma razão simplesmente não quiseram responder da maneira que fosse; os que não sabiam o que era o Conselho Escolar; e, por não saber se expressar em nosso idioma.

Constatou-se, com exceção dos pais e responsáveis que não sabiam o que era o Conselho Escolar e os que tinham dificuldade em se expressar em nossa língua, e isto, está de acordo com Bachelard (1996) que diz: “O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza”, que os demais demonstraram no mínimo falta de prioridade, e no máximo descaso para com o órgão colegiado tão importante nas decisões escolares dos seus filhos.

Analisou-se o questionário tendo por base as conversas informais com a gestão sobre o Conselho Escolar e a participação da família/comunidade de pais e responsáveis, para encontrar pontos em comum a respeito da atuação e participação de ambos os lados no processo educacional através da parceria e iniciativa visando melhorias estruturais e pedagógicas através deste órgão colegiado.

Não se quer dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do diretor ou numa estrutura administrativa autocrática – aquela em que o diretor centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do diretor como um líder, uma pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum. (LIBÂNEO, 2008, p. 113).

Percebeu-se, pois, a gestão num papel elitista ou não, se as decisões já vêm prontas para serem acatadas, e a existência da preocupação de ter os pais sendo participativos e tomando parte nas decisões político-pedagógicas no Conselho Escolar, se tornou possível, pelo questionário como um instrumento fundamental para obtenção das respostas.

2.4.6 Observação

Procurou-se, o tanto quanto fosse possível, manter-se neutro em relação ao questionário, não interferindo de forma alguma nas explicações dos pais, nem mesmo de tal forma que se conduzisse as respostas para o que se pretendesse ou preferisse, apenas, uma vez outra, dando explicações às dúvidas que se apresentassem, porém, de tal forma que não desvirtuasse o teor da opinião do entrevistado.

Buscou-se através da postura dos pais e responsáveis, perceber os gestos, o tom de voz, a expressão facial, etc., enquanto se conversava ou respondiam ao questionário, se esta, traduzia-se de fato em algo que acreditassem e almejassem e, portanto, lutassem por resultados satisfatórios, ou se era apenas um discurso decorado, talvez bem delineado, porém, sem se traduzir na credibilidade necessária para quem escuta.

A grande propriedade da consciência é a de refletir a realidade objetiva. Assim surgem as sensações, as percepções, representações, conceitos, juízos. Todos eles são imagens. Reflexões adequadas, verdadeiras, da realidade objetiva. Estas imagens são produtos ideais. É fundamental estabelecer que o cérebro por si só não pensa. A consciência está unida à realidade material. Esta influi sobre os órgãos dos sentidos que transmitem as mensagens aceitas pelos canais nervosos ao córtex dos grandes hemisférios cerebelosos. (TRIVIÑOS, 1987, p. 62).

Pretendeu-se através da observação da fala juntamente com as expressões que a acompanham, se perceber se estavam de acordo com o momento vivido em relação ao funcionamento do Conselho Escolar, ou se falavam de algo no plano de uma existência futura ou de um planejamento como se já estivesse em execução, analisando estas questões com outras informações adquiridas através de conversas com a gestão para se chegar a realidade presente, e o que pretendem alcançar em termo de funcionalidade no órgão colegiado.

Observou-se o que já havia em funcionamento no Conselho Escolar em termos de reuniões, ações, compartilhamentos, planejamentos, etc., que concordassem com a resposta dos pais entrevistados, e que era uma realidade já vivida, e o que falavam em tom de otimismo das realizações ainda não postas em prática, porém como se já estivessem, e assim demonstrando um ideal que buscam, mas que ainda não alcançaram como se fossem conquistas vigentes.

O conhecimento, seja ele qual for, representa, no cenário da vida, a apropriação da realidade, que é a totalidade das coisas conhecidas pelo sujeito. Conhecer, saber e ter conhecimento é aprender os seres e as coisas. Entende-se por SER tudo aquilo que existe ou que se supõe existir. Por COISA, tudo aquilo que existe ou poderia existir. Assim é que a apropriação da realidade inclui o REAL, ou seja, o que existe realmente independente do nosso pensamento, e o IDEAL, ou seja, aquilo que existe apenas em nosso

pensamento de modo imaginário ou fictício. (TEIXEIRA apud PINTO e PIMENTA, 2012, p. 5).

Comparou-se as falas, expressões, opiniões, críticas, sugestões, etc., dos pais e responsáveis com os teóricos, de tal forma, que se entendesse o processo no qual se vai formando um Conselho Escolar atuante, levando em consideração a representatividade dos pais e a ação transformadora destes na educação, bem como a necessidade de que nesse processo político-pedagógico haja uma educação feita por eles e para eles com uma participação ativa e relevante.

Confirmou-se, através dos teóricos nos livros, que a participação ativa da família na comunidade escolar, através da representatividade no Conselho Escolar, redundará em conquistas perceptíveis, o que não acontecerá se houver apenas uma atuação passiva por necessidade de lei e para captar os recursos que não advirão sem as assinaturas necessárias, e se reproduzirá a educação elitista e tecnicista, onde sempre os outros educam para seus fins e não uma educação feita e planejada por aqueles que são os principais interessados: os pais.

Na sociedade capitalista a aula é, de fato, considerada o produto do processo de educação escolar. É a aula, enquanto mercadoria, que se paga, no ensino privado. É também a aula que se tem como serviço prestado pela escola (pública ou privada) e que se avalia como boa ou ruim. (PARO, 1993, p. 105).

Percebeu-se que a imagem que os pais fazem de planejamentos, alvos e objetivos em fase de apropriação como algo já concretizado, porém, não realizável, pois, analisando-se os teóricos em artigos científicos, percebe-se, que estes mesmos ideais em fase de andamentos e aperfeiçoamento, já se tornaram uma realidade bem sucedida em outras escolas, portanto, susceptíveis de se tornarem reais.

A realidade não materializada ainda, não se trata de uma impossibilidade, se analisada à luz dos teóricos com base naquilo que já foi planejado, feito e tornou-se real, e que pode ser contemplado e analisado nos artigos científicos, onde a utopia (FREIRE, 1987) se tornou um alvo, uma ambição que do real se tornou ideal.

Analisou-se à luz dos teóricos se os ideais propostos pela gestão escolar em relação à comunidade de pais e responsáveis, para uma participação efetiva no Conselho Escolar, se traduziam nos princípios da gestão democrática participativa, descritas em teses e dissertações, que se tornaram realidades bem sucedidas na educação nas instituições escolares que se propuseram a fazer valer a gestão participativa, através de um dos seus órgãos colegiados, o Conselho Escolar com a atuação efetiva da família.

Através dos teóricos e suas pesquisas expostas em teses e dissertações, subtende-se aquilo que é capaz de se realizar e servir de motivação para juntos gestão e pais no Conselho Escolar, chegar-se às realizações propostas, pois, “os trabalhos feitos pelas mãos do homem são seu pensamento revestido de matéria” (SOLLAS apud FREIRE, 1996), portanto, se o ideal a ser buscado já não é mais unilateral, o caminho está pronto para alcançar uma educação feita para e pela família com o interesse da gestão democrática.

2.4.7 Pesquisa de campo

Utilizou-se o diário de campo para anotar as questões mais relevantes que tenha alguma relação com o Conselho Escolar buscando compreender sua funcionalidade: as reuniões periódicas, a atuação do representante dos pais, projetos em planejamento, a participação da família, conflitos internos, resolução de problemáticas, etc., construindo assim, uma imagem real da prática, desvencilhando do ideal ainda em fase de organização.

Buscou-se tendo por base essas anotações, entender qual a noção que a direção da escola tem a respeito da gestão participativa em relação ao Conselho Escolar como instrumento de ações político-pedagógicas, e se realmente a práxis (FREIRE, 1987), era uma realidade vigente, onde o discurso, o desejo, a vontade, se materializa em ações, e em realizações transformadoras para a comunidade escolar.

Anotou-se ainda no diário de campo os contatos com os membros do Conselho Escolar de maneira informal em diálogo sobre o seu funcionamento e a vontade de torná-lo um órgão colegiado o mais democrático possível, dentro da perspectiva de uma participação ativa e transformadora da família no âmbito educacional.

Procurou-se participar da reunião do Conselho Escolar, para se perceber a existência do desejo e da ânsia por fazer deste um instrumento de participação dos segmentos escolares e principalmente aonde os pais tivessem o desejo expresso através do seu representante, e suas opiniões e sugestões que contribuíssem em prol de melhorias em sua formação e funcionalidade fossem ouvidas, o que foi devidamente anotado no caderno de campo para análises posteriores.

Pesquisa de campo: é um conjunto de todas as formas de pesquisa, nas quais o pesquisador não se limita à leitura, mas explora a realidade concreta, visitando instituições, contatando sujeitos e fazendo indagações com vistas a encontrar respostas às questões que deram origem à pesquisa. (PINTO e PIMENTA, 2012, p. 20).

Observou-se, no contato com os pais em conversas informais nas dependências da escola, a compreensão que eles têm da formação e funcionalidade do Conselho Escolar, bem como, da importância que eles dão a este como um órgão colegiado imprescindível para a democracia e conquistas vigentes de projetos em andamento na escola.

Constatou-se que no contato informal sem a pressão da entrevista oral ou por escrito, através de conversas, a comunidade de pais fica mais a vontade e expressam de forma mais livre os anseios e compreensões que tem a respeito do Conselho Escolar como instrumento político-pedagógico nas resoluções e problemáticas da escola dos seus filhos.

2.4.8 Perfil dos conselheiros

O Conselho Escolar é composto por 08 (oito) pessoas, sendo 03 (três) representantes dos pais, 01 (um) representante dos professores, 02 (dois) representantes dos funcionários, 01 (um) vice-presidente e 01(um) presidente.

Todos os membros do Conselho Escolar estão acima dos 30 (trinta) anos de idade, sendo que 04 (quatro) deles estão na casa dos 60 (sessenta) anos, 01 (um) na casa dos 50 (cinquenta) anos, 01 (um) na casa dos 40 (quarenta) anos e 02 (dois) deles na casa dos 30 (trinta) anos de idade, portanto, a metade do órgão colegiado é composto por pessoas acima dos sessenta (60) anos de idade.

Dentre os membros do Conselho Escolar, 03 (três) deles são do sexo masculino, e 05 (cinco) deles são do sexo feminino, sendo que todos que são do sexo masculino estão na casa dos 60 (sessenta) anos de idade, porém os do sexo feminino apenas (01) deles estar nesta casa, portanto, a grande parte dos membros do sexo feminino está na faixa etária de 30 (trinta) aos 50 (cinquenta) anos de idade.

Quanto ao grau de instrução dos membros do Conselho Escolar, 02 (dois) deles tem o ensino fundamental I, 03 (três) o ensino superior e 03 (três) são pós-graduados. Os que cursaram o ensino fundamental I são todos do sexo masculino e estão na casa dos 60 (sessenta) anos de idade. Dentre os que possuem o ensino superior sem a graduação, apenas 01 (um) deles é do sexo masculino e 02 (dois) são compostos pelos os do sexo feminino, e cada um deles está nestas faixas etárias: 40 (quarenta), 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) anos de idade. Todos os que possuem pós-graduação são do sexo feminino, sendo que 02 (dois) destes estão na casa dos 30 (trinta) anos de idade e 01 (um) na casa dos 60 (sessenta) anos.

Todos os membros do Conselho Escolar são de nacionalidade brasileira, sendo que a metade destes é natural do Amazonas, e os outros são de estados diferentes, levando-se em consideração que 01 (um) deles não informou a sua naturalidade. Dentre os amazonenses, 01 (um) deles informou ser de Itacoatiara, interior do estado do Amazonas; 02 (dois) deles são do sexo masculino, e os outros 02 (dois) do sexo feminino. Dos que não são amazonenses, 01 (um) deles informou ser de Cametá, interior do seu estado, nesse caso o Pará. Os outros estados mencionados foram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

2.4.9 Análise documental

Analisou-se a parte documental do Conselho Escolar, sem a qual não há a legalidade para o funcionamento deste, e os representantes dos segmentos escolares, dentre estes o representante dos pais, não tem autonomia para exercerem a função que lhes compete, onde procurou-se compreendê-la com a ajuda da pedagoga enquanto mostrava e explicava.

Dificultou-se a análise, pois, não houve autorização para fotografar os documentos para exame posterior, e se apresentaram dificuldades para conduzi-los a um lugar reservado, onde se ficasse mais à vontade em relação ao tempo, ambiente e chegar a conclusões sem a necessidade da intervenção de terceiros, sendo esta uma parte muito relevante, pois

Nela se estabelece a singularidade da “coisa”, de que esta existe, que é diferente de outros fenômenos. Realizam-se as primeiras reuniões de materiais, de informações, fundamentalmente através de observações e análises de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos, etc.). Identificam-se as principais características do objeto. Delimita-se o fenômeno. A “coisa” apresenta-se como ela é, como o que representa, com seu significado para a existência da sociedade. O objeto é assim captado em sua qualidade geral. (TRIVIÑOS, 1987, p. 73-74).

Verificou-se no livro ata do Conselho Escolar, a composição da nova formação do órgão colegiado para o período de 2018-2020, onde constavam os nomes do presidente, vice, secretária, 1º suplente, tesoureira, 1º suplente, 2º suplente, e os nomes dos representantes dos segmentos escolares.

Constatou-se que existem as atas do Conselho Escolar desde o ano 2011 quando a escola passou a trabalhar com a educação integral, onde constam as reuniões, as assembleias gerais, decisões tomadas, os registros financeiros, etc. A participação dos pais quando convocados, está registrada com as devidas assinaturas, onde há uma média de 150 a 160 pais presentes em média.

Percebeu-se que além dos registros no livro de atas existem outras documentações relacionadas às atividades do Conselho Escolar, como: pesquisa com os membros sobre o

conhecimento da funcionalidade do órgão colegiado; questionário para constatar se está havendo atuação dos membros; e o estatuto social que orienta sobre as atribuições dos membros.

Identificou-se ainda, registros de seminários que a gestão idealiza na escola para os pais entenderem a funcionalidade e importância do Conselho Escolar, bem como, outros, fora dos muros da escola, organizados pela secretaria de educação competente, que são incentivados e facilitada à participação dos mesmos.

Observou-se que todas as documentações formais e que existe a necessidade por força de lei, estão devidamente registradas em cartório, exceto documentos informais que auxiliam para uma melhor compreensão da funcionalidade do Conselho Escolar.

3. CONCEITUANDO CONSELHOS ESCOLARES

3.1 Aspectos gerais

Na busca da redemocratização da educação no Brasil, após um período de 20 (vinte) anos de Ditadura Militar, onde as decisões eram tomadas de forma vertical, unilateralmente, sem a participação da família, fez-se necessário criar mecanismos político-pedagógicos legítimos que suprissem essa falta na educação brasileira nesse hiato de tempo, onde se pudesse incluir a comunidade de pais e responsáveis como parte substancial e necessária nesse processo democrático, pois

Historicamente, o centralismo administrativo do Estado brasileiro estendia-se aos sistemas de ensino e às próprias escolas, com repercussões diretas em sua autonomia. O enfrentamento deste viés histórico-ideológico da administração nacional e educacional envolveu corporações, associações, sindicatos, fóruns e frentes nacionais em defesa da educação, numa espécie de convergência de movimentos com abrangência local, regional e nacional. (CARNEIRO, 2012, p. 171).

Esse processo de redemocratizar o Brasil na gestão educativa, de forma que a tornasse democrática e participativa, começou de uma forma um tanto quanto embrionária, porém, não sem importância, quando da luta pela eleição direta de diretores, onde já se clamava por uma educação que passasse pelos mais interessados por ela: os pais; não se tratando somente de uma atuação passiva, mas, ativa onde se fizessem parte das tomadas de decisão, e onde suas sugestões fossem levadas em consideração.

A partir de então, tornou-se necessário que novas perspectivas sobre uma gestão democrática e participativa, tomassem novas formas e conjunturas, não somente por questões ideológicas, porém, muito mais por necessidade de uma educação que nascesse da família e para a família, tendo como fator preponderante a sua participação ativa no desenvolvimento e nas decisões e a fizesse autora da própria história.

Hoje, o nível da compreensão envolve uma gama de elementos constituidores da gestão educacional, dentre os quais podem-se destacar: governo escolar descentralizado e colegiado; autonomia financeira e pedagógica; participação de diferentes segmentos na escolha da direção, a saber: professores, alunos, pais ou responsáveis, funcionários, representantes da comunidade. Pode-se dizer que a compreensão de *gestão democrática do ensino público* tem evoluído de acordo com o contexto e com o próprio entendimento das comunidades da relevância da educação e da função social da escola. (CARNEIRO, 2012, p. 172).

Aquilo que a princípio parecia apenas frutos de lutas e conquistas momentâneas, foram se fortalecendo e tornando-se direitos inegociáveis, dentro de uma visão que deve se ampliar à medida que através do conhecimento dos seus direitos, os pais e responsáveis os

coloquem em prática na procura do seu espaço no ambiente escolar, se conscientizando do seu papel de protagonistas da educação e não apenas coadjuvante.

Os Conselhos Escolares nascem da evolução do entendimento de gestão democrática, onde este órgão colegiado contribui e torna a participação dos pais e responsáveis mais próxima e efetiva, priorizando e criando os mecanismos necessários para a família decidir e ser parte do seu destino. Portanto, não se trata de um favor, trata-se e torna-se direito dos pais e da família que se possam exercer uma participação mais ativa na educação por este meio democrático.

3.2 Aspectos legais

Está previsto a sua criação, constituição e funcionamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996], onde, muito embora, não designe a forma ideal de composição dos Conselhos Escolares, entretanto, está nítido a responsabilidade dos sistemas de ensino em formular uma gestão democrática com a participação das comunidades escolar, incluindo a família/comunidade de pais e responsáveis, onde façam parte do processo neste órgão colegiado, conforme,

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: [...] II Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB, 1996).

No processo democrático brasileiro, a educação se propõe a ser parte substancial, o que na verdade nem poderia existir sem ela, pois, além de democrática-participativa deve ser o próprio meio de democratizar o país através do ensino com base na participação popular, onde a família/comunidade de pais é responsável, numa parceria com a gestão, por serem e fazerem parte das decisões numa nova perspectiva educacional.

Na gestão democrática e participativa, já não deverá mais existir a figura das decisões verticais, porém, de decisões compartilhadas com aqueles onde a educação não deve ser feita para eles somente, mas, por eles também, num processo de parceria, onde o diálogo é parte substancial para se chegar a um acordo, numa perspectiva de se conviver num estado de direito, e no processo educacional através da participação da família nos conselhos escolares.

A legislação educacional brasileira incluiu a figura de colegiados sob a forma de conselhos em diversas situações, com amplo objetivo: substituir decisões autoritárias por decisões autorizadas e, ainda, operar soluções para os problemas naturais no campo da construção socioeducativa através de parcerias. Ora, se a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, é, por abrangência, também, dever da comunidade. Esta é a ideia

básica da participação comunitária nos conselhos escolares. (CARNEIRO, 2012, p. 173).

A importância da gestão democrática, onde naturalmente entende-se a necessidade de promover os meios para a participação da família nas decisões educacionais através da criação e formação de conselhos escolares, são reafirmados e garantidos no Plano Nacional de Educação (PNE), aonde dentre as suas 20 (vinte) metas, ratifica os preceitos constitucionais do direito aos pais e responsáveis ao envolvimento nas questões relacionadas à educação de seus filhos, onde ainda estipula um prazo para tanto, conforme descreve a

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (PNE, 2001).

Cabe ao Conselho Escolar entre outras funções a de deliberar sobre as questões que envolvam os aspectos pedagógicos, administrativo ou financeiro; assessorar nas questões escolares apresentando sugestões; deve fiscalizar e acompanhar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras, analisando o processo de realização e conclusão destas; e, também mobilizar a comunidade a se fazer presente em todas as atividades que envolvam o cotidiano escolar (MEC). Tem a responsabilidade ainda de dialogar com a direção e professores sobre os projetos educacionais da escola, sendo parte integrante dos rumos que a comunidade escolar decidir.

A gestão democrática da educação não se constitui em um fim em si mesma, mas em importante princípio que contribui para o aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação nacional, incluindo: as formas de escolha de dirigentes e o exercício da gestão [...]; a constituição e fortalecimento da participação [...]de pais, por meio de [...] associação de pais e mestres [...]; a constituição e fortalecimento de conselhos escolares [...] assegurando a formação de seus conselheiros [...]. (portal MEC).

Entende-se que a escola deve ser feita por aqueles que são os sujeitos da educação e percebendo o quanto precisamos resgatar este conceito da participação popular no meio educacional, e compreendendo ainda como é necessário e possível vivenciar esta possibilidade que parece um tanto quanto distante, está delineado esse desafio de fazer um modelo de gerenciamento escolar diferente, não, porém, estranho àqueles que anseiam pela prática no contexto escolar de acordo com os modelos especificados nas novas conquistas que estão explícitas em forma de lei, necessitando, portanto, da sua prática.

Portanto, o Conselho Escolar é um dos órgãos colegiados legítimos da gestão democrática, não podendo prescindir deste sem incorrer no erro de reproduzir uma educação

vertical e elitista, que omite a participação popular, incluso família/comunidade de pais e responsáveis, que não devem ficar à margem do processo educacional, mas buscar e alcançar resultados mais relevantes.

3.3 Família/comunidade de pais e responsáveis no Conselho Escolar

A família, geralmente constituída de pessoas que moram na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos (AURÉLIO, minidicionário), o que não significa dizer que no decorrer do tempo não vieram a existir novas configurações familiares, formações e maneiras de viver e conviver em sociedade e em grupos menores, porém, a família nuclear sendo a composição mais prevalecente nas escolas, será com a qual nos reportaremos e analisaremos a sua participação e atuação política-pedagógica no Conselho Escolar por questões de se tornarem mais claros os conceitos e as citações dos documentos educacionais oficiais.

A família nuclear independente é característica das modernas sociedades industriais. Sua predominância parece dever-se ao crescimento do individualismo, refletido na propriedade, na lei, nos ideais sociais gerais de felicidade e realização individual, e à mobilidade geográfica e social. Também foi afetada pela crescente preocupação do Estado com as desgraças individuais – o indivíduo já não depende da família em épocas de infortúnio. (BOTTOMORE, 1973, p. 167).

Portanto, a família, reveste-se de importância no processo educacional nas escolas, levando-se em consideração que ela é a primeira instituição que o futuro discente deverá ter contato e aonde fundamentará seus valores que o acompanharão durante a vida colegial, o que de uma forma ou de outra, estará presente até a sua morte.

A família/comunidade de pais e responsáveis se constitui uma peça fundamental nas relações escolares visando conquistas educacionais. Sua presença, sem levar em consideração se é ativa ou não, sempre ocorrerá, e a busca pelo diálogo e compreensão dos processos da educação do filho que é a tônica do seu comparecimento, muitas vezes e infelizmente apenas quando são solicitados, e as discórdias, serão inerentes ao processo por inúmeras questões.

Não obstante, há conflitos manifestos entre a família e a escola, provocados pela mobilidade social [...], pelo caráter secular da educação estatal em contraste com os valores religiosos da família (ou vice-versa), ou de diferenças de perspectivas entre as gerações; e há igualmente conflitos sérios entre a escola e o grupo em que vive a criança [...]. (BOTTOMORE, 1973, p. 251).

A presença dos pais e responsáveis no contexto escolar, fundamental para a gestão democrática, não deve se tornar uma ameaça à direção, pelo contrário, deve ser aproveitada e

fortalecida, de forma a contribuir na educação que é feita e planejada para os seus filhos, mas que pode ser feita e planejada por eles também.

A participação dos pais no processo político-pedagógico, não pode de maneira alguma se constituir num fator inibidor em relação ao planejamento educacional da gestão, pelo contrário, quando se sentem parte da administração e se percebem como importantes na formação dos filhos, os conflitos tomam novas formas como de resolução de problemas e não como o problema, pois, os membros da família trabalham em função do êxito escolar.

Mas o que acontece com a escola e com as outras instituições pode acontecer também com a família. Ela pode se tornar um agente transformador na medida em que conseguir estabelecer e criar novas relações, igualitárias e dialogais [...]. (GUARESCHI, 1989, p. 83).

Os pais se tornam parceiros quando atuantes, contribuindo para resultados relevantes na educação. A gestão democrática não pode prescindir da atuação da família na administração pedagógica, mas apropriar-se das ações desta instituição. Segundo Bottomore (1973): “Nas sociedades mais simples, onde há reduzida especialização de funções, a educação não é organizada como atividade separada: é proporcionada pela família [...]”, tornando-se não apenas uma parte necessária, porém, indispensável no processo educacional na inexistência do poder público, que não abdica de sua função organizacional de estabelecer uma educação que visa alcançar os anseios pedagógicos mais sublimes da comunidade onde está presente, não se deve, portanto, negar a necessidade de uma parceira efetiva com esta, pois

Como você já estará percebendo, há uma estreita ligação entre a família e a escola [...]. Muitas vezes o trabalho libertador da família é frustrado pela escola, e vice-versa. Mas em cada situação institucional é necessário que se estabeleça a luta para a transformação das relações básicas do sistema, e o surgimento de diferentes práticas de vida, democráticas e dialogais. (GUARESCHI, 1989, p. 83).

Os pais podem e devem fazer parte da composição do Conselho Escolar através do seu representante, assim como os dos outros segmentos: de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e gestor da Escola (MEC). Trata-se de um direito adquirido que deve ser exercido com toda credencial e respeitado no seu valor político-pedagógico pelos outros segmentos, que tanto quanto lutam por melhorias educacionais efetivas.

Aproximarem-se e sentirem-se acolhidos e respeitados dentro do processo da gestão democrática, é essencial aos pais e responsáveis para buscarem atuar no meio e não apenas serem parte. O sentimento de terem e poderem contribuir de alguma forma para a escola dos

filhos, não apenas como um favor, mas, por vivência, e isto ser levado em consideração, os torna livres de educações que dispensam sua participação considerando desnecessária.

Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. (FREIRE, 1996, p. 32).

Para a família fazer parte do Conselho Escolar deve candidatar-se para a vaga (MEC), de representante dos pais que compõe o órgão colegiado, onde os nomes sugeridos deverão passar um sistema democrático de votação a ser decidido pela gestão e sua equipe. Dessa forma, após eleito e assinar tomando posse no livro ata, o representante dos pais, terá a legitimidade necessária e autonomia para participar de forma democrática nas decisões político-pedagógicas em relação a educação da escola dos seus filhos.

O Conselho Escolar como instrumento de lutas em prol de uma educação que se propõe a alcançar resultados satisfatórios, deve ser atuante no contexto escolar e buscar exercer seu papel político-pedagógico dentro da estrutura educacional que lhe concede as leis vigentes do País, bem como, se perceber como parte importante e imprescindível do espaço democrático vigente que a escola lhe compete favorecer por questão de equidade.

Esse processo político-pedagógico através da representatividade dos pais no Conselho Escolar se traduz numa parceria, onde estes não são mais vistos como fiscais da escola dentro de suas dependências, mas colaboradores, como pessoas que estão presentes para somar, para ajudar, e não como críticos que mostram os problemas, porém não querem ser parte da solução. De ambos os lados, é preciso haver uma reconstrução quanto ao entendimento deste ambiente democrático participativo.

As decisões diárias e necessárias vivenciadas no contexto pedagógico de uma escola, pedem e se fazem necessárias, que sejam discutidas e estejam a par do Conselho Escolar, mais especificamente na representatividade dos pais, onde estes tenham não apenas a oportunidade, porém o direito de expressar e contribuir nas decisões que lhes dizem respeito seja de forma direta ou indiretamente.

[...] a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências. A participação é um direito (pelo simples fato da pessoa fazer parte da *polis*) e um dever (de sair de uma situação de comodismo, de delegação para o outro, o que acaba gerando a perversa lógica do

paternalismo). Pela participação, o indivíduo pode assumir a condição de sujeito e não de objeto (sentindo-se sujeito ou como que fazendo parte do “cenário”, mas não interferindo nos destinos do trabalho). (VASCONCELLOS, 2006, p. 25).

Muitas melhorias dentro da estrutura escolar, física ou pedagógica, que se espera a realização automática através do poder público, e infelizmente não se concretizam em tempo hábil, serão agilizadas com a participação ativa dos pais através do seu representante, visto que estas decisões lhes afetam diretamente, estes são os mais interessados em sanar as dificuldades que se traduzem evidentemente em avanços na educação de seus filhos.

A contribuição dos pais no Conselho Escolar visando a melhoria da educação dos filhos é natural, visto que está participando do que é feito para eles e por eles mesmos, pois numa educação vertical, a ausência da família é inevitável, pois, o outro se propõe a lhes educarem à sua maneira, porém, na participação dos pais, percebe-se a orientação educacional de forma horizontal, onde há a ausência da educação elitista que promove apenas o tecnicismo e a opressão. Pois,

Se a educação é determinada fora do poder de controle comunitário dos seus praticantes, educandos e educadores diretos, por que participar dela, da educação que existe no sistema escolar criado e controlado por um sistema político dominante? (BRANDÃO, 2007, p. 99).

É necessário analisar o grau de compreensão que os pais têm a respeito do Conselho Escolar, e qual a relação com a atuação dos mesmos nesse contexto, pois, o entendimento da sua existência e funcionalidade deste instrumento de conquistas político-pedagógicas, tem muito a dizer a respeito do nível de motivação da família para a participação no mesmo.

A importância que se dá pelo corpo docente da escola, sobre a participação dos pais no contexto educacional escolar, e o comprometimento para que assimilem a importância que têm nesse processo, pode ser analisado através dos esforços da direção na busca de alcançar este objetivo através dos meios utilizados, seja, por informativos, oralmente nas assembleias, enfim, qualquer forma que sirva para a compreensão da família de que pode e devem fazer parte das decisões da escola via Conselho Escolar.

Compreendeu-se a relação existente entre os pais que desenvolvem ações eficazes no meio escolar e o entendimento que eles têm a respeito da eficácia de suas participações para a melhoria da educação dos filhos, bem como, se realmente sabem o significado de suas atuações através do Conselho Escolar.

Analizou-se os meios de atuação que os pais escolheram para desenvolverem suas ações: se foi levado em consideração alguma informação obtida através da própria direção docente ou tem por base apenas a própria vontade de atuar sem entender os princípios que podem norteá-las de forma mais eficaz, enfim, o que tem e pode levar a família a atuar dentro ou fora do entendimento da existência do Conselho Escolar como órgão político-pedagógico de participação na gestão.

Averiguou-se se as melhorias obtidas na estrutura física ou pedagógica da escola teve alguma relação com a atuação da família, ou apenas foram resultados da gestão dinâmica na busca de melhorias para a educação na escola, ou ainda se a falta das mesmas deve-se à não participação dos pais na educação dos filhos, ou se foi omissão da administração não comprometida com resultados satisfatórios.

Analizou-se até que ponto existe mesmo resultados significativos advindos da participação da família no Conselho Escolar, na estrutura física e pedagógica da escola, ou se apenas são conquistas da influência da gestão no meio educacional e seu esforço administrativo na busca das mesmas.

As conquistas no ambiente escolar devem ser averiguadas para compreender-se até que ponto foram obtidas pela iniciativa da comunidade e da família e da sua influência junto aos outros segmentos no Conselho Escolar. É necessário ter-se uma noção do grau de importância do diálogo entre os vários segmentos escolares na busca de um consenso de forma a alcançar as metas planejadas.

O Conselho Escolar como instrumento político-pedagógico de conquistas para a comunidade escolar, não deve tornar-se refém das visões políticas diferentes, pois os segmentos presentes poderiam cair no erro de cada qual buscar apenas aquilo que lhe seja mais conveniente fragmentando as decisões e deixando de lado o diálogo onde se resolveria as questões pautadas de forma a se tornarem conquistas de todos.

Paulo Freire nos ensina que essas fragmentações têm de se transformar em novas forças. O problema não são as visões diferentes, mas a incapacidade de dialogar e evitar que essas diferenças provoquem rachas e fragmentem no sentido negativo, como transformar a diversidade em uma nova visão plural que permita o diálogo e o convívio entre pessoas diversas. (KOHARA, 2008, p. 24).

As conquistas através do Conselho Escolar com a atuação da família e comunidade, seja física ou pedagógica, devem ser averiguadas e registradas, para analisar se a influência

destas vão além da sala de aula ou do espaço físico da escola, e se tornam lugares compartilhados por outros segmentos além da comunidade escolar, como por exemplo, quadras para a prática de esportes e projetos educacionais visando outras comunidades.

Questionar quanto ao processo e importância das conquistas *in loco* e se procurar avaliar o nível de compreensão dos meios usados para tal, conversando com os usuários, e assim adquirir um “raio x” que têm da importância da atuação da comunidade escolar no êxito destes objetivos, o que é determinante para angariar mais forças no seu papel político-pedagógico.

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a política de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a política da educação. (FREIRE, 2001, p. 25).

Analisar se as conquistas adquiridas e comungadas são resultados da compreensão da educação como um ato político, ou se apenas a comunidade interpreta como um ato isolado, e ainda se compreendem a educação no seu papel dinâmico e progressivo, que não é estanque ou neutra, porém que pode e deve ir além de estruturas físicas e limitadas.

Perceber se a partir destas realidades vividas, a família e comunidade se tornaram mais fortes e convictas do seu papel imprescindível na realização da educação politizada, que não é um ato automático, mas onde a participação através do Conselho Escolar é determinante nos processos, e sentir ainda se, se tornaram mais fortes e idealistas para novos projetos e conquistas.

3.4 Práticas exitosas de Conselhos Escolares: fala dos pais da Escola Waldir Garcia

A presente pesquisa realizou-se durante o estágio supervisionado III no 8º período da licenciatura de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, na Escola Municipal Professor Waldir Garcia, localizada na Travessa Pico das Águas, nº 339, bairro São Geraldo – Zona Urbana da Cidade de Manaus–AM, as quartas e quintas-feiras pela manhã e alguns dias pela tarde no período do mês de março a junho de 2018, sob a responsabilidade da professora Neylanne Pimenta.

A pesquisa exploratória tornou possível esta análise, levando-se em consideração que a escola tem um Conselho Escolar em funcionamento e que foi composto inicialmente por indicação da gestora, porém, pretende-se que na próxima composição seja feito pelo voto

democrático dos pais, portanto, tornando-se, objeto de estudo e de análise. E foi viabilizado durante o período das disciplinas de Estágio III e TCC, através da observação e conversa informal com os pais e do processo para a composição do Conselho Escolar, com a devida permissão de coletar e analisar os dados obtidos.

3.4.1 Parceria: família/comunidade de pais e responsáveis e a escola

A participação popular da família/comunidade de pais e responsáveis é fator de transformação no contexto escolar, quando se entende que a educação deve ser feita para eles e por isso deve também ser feita por eles como os principais sabedores de suas necessidades em termos de educação transformadora, sendo eles mesmos os porta-vozes das medidas educacionais que efetivamente afetarão as suas vidas em termos de melhorias educacionais.

É nítido a percepção que a família/comunidade de pais e responsáveis tem à nível de educação que os filhos precisam e das melhorias necessárias quando esta visão é incentivada e bem acolhida, tornando-se imprescindível o envolvimento deles na gestão democrática participativa, através do Conselho Escolar, e incentivada por esta gestão o desejo de buscar juntos uma educação dinâmica, altruísta, tornando-se não apenas parte do processo, porém, o próprio processo, que acarretará em benefícios educacionais para toda a comunidade escolar.

Esta parceira família/escola no Conselho Escolar é muito importante, pois cabe a este deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (MEC), questões estas que influenciarão diretamente a comunidade escolar, portanto, devem ter o poder dialogar a e decidir sobre estas questões.

O avanço da conquista de direitos, o crescimento da vontade de participar, da mesma forma, configuram o quadro em que se insere a escola. Neste contexto, o Projeto Político-Pedagógico vai se afirmando como uma necessidade para os educadores e para as instituições de ensino. (VASCONCELLOS, 2006, p. 16).

O Projeto Político-Pedagógico deve deixar de ser apenas obrigação da instituição escolar em prepará-lo e apresentá-lo como diretrizes a serem almejadas, e, deve ser entendido como instrumento de conquistas nesse afã de melhorias e na participação ativa na busca dos direitos, contribuindo assim para realizações significativas no ambiente escolar.

A comunidade de pais e responsáveis é que sabe e compreende a necessidade pela qual passam a nível educacional, portanto, a família é o agente mais propício e ideal para projetar sua instituição, pois com base em sua realidade, pode também traçar metas e objetivos aonde deseja chegar.

Não se pode entregar a educação local para os que estão alheios à realidade, pois, se tornaria uma contradição dizer como educar aqueles dos quais não faz parte das suas vivências, se tornaria uma educação alienadora, visando apenas propósitos de domínio, e não de participação e libertação.

Essa parceria fortalece a tomada de decisões, pois, a família pode propor sugestões sobre questões relacionadas aos segmentos escolares, pode ainda acompanhar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, enfim, conduzir a comunidade escolar através de mobilizações na melhoria da qualidade da educação (MEC). Portanto, a educação escolar se torna objeto de participação ativa pela família em todos os segmentos da escola, visando a melhoria que beneficiará a todos da comunidade escolar e familiar.

Na escola municipal onde se fez a pesquisa, quando perguntado aos pais sobre o nível de participação deles nas decisões do Conselho Escolar, responderam que todos fazem parte das propostas e decisões, ajudam em reparos na escola como pedreiros, carpinteiros, etc., enfim, acredita-se que a resposta abaixo expressa toda a importância dessa parceria da família/comunidade de pais e responsável e a escola. Ao responder à questão nº 2, “Qual o nível de participação dos pais nas decisões do Conselho Escolar”, os entrevistados responderam:

Ativa. Participam de decisões efetivamente coletiva, expressando suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e buscando soluções. Participei de duas reuniões e os pais são bem atuantes em relação as decisões e medidas propostas pelo conselho e pela comunidade de pais em geral. (P1, P3).

A família ter o direito de participar das decisões educacionais escolares dos filhos não é uma questão opcional, pois, primeiramente, até mesmo antes do Estado, é o seu dever acompanhar o desenvolvimento do educando, no seu exercício de cidadania e qualificação para o trabalho (LDB). Fiscalizar não é um ato de cobrança e retaliação por parte dos pais, e sim de envolvimento, do desejo de contribuir e de ser parte das decisões educacionais da escola dos filhos.

3.4.2 O papel da família/comunidade de pais e responsáveis no contexto escolar

Quando a gestão é democrática e participativa e se preocupa em atuar conjuntamente com a família, sua busca se dá através de uma participação sólida, esforçando-se para que seja formado um Conselho Escolar ativo, onde exista a representatividade dos pais e responsáveis,

como a gestora da escola pesquisada, que procurou formar o órgão colegiado e aperfeiçoá-lo para que se torne independente em suas ações e decisões e o mais democrático possível dentro das questões político-pedagógicas.

Os pais e responsáveis se envolvem e procuram ser parte do processo político-pedagógico quando percebem que suas participações são importantes, quando entendem que há real interesse por suas opiniões, e muitas delas são acatadas e fazem a diferença na educação dos filhos. O envolvimento da família é prazeroso e ao mesmo tempo responsável, quando se percebe que muitos pais que participam das reuniões e projetos da escola, mesmo aqueles que trabalham e muitas vezes presentes com a concessão dos padrões por se tratar da educação dos filhos, ou como outros que já saem dali às pressas para irem ao emprego.

Existe a necessidade de se conduzir os processos político-pedagógicos com a contribuição da comunidade em geral, em especial tendo a iniciativa da família na figura do representante dos pais, para que seja posta em prática a gestão democrática participativa. A comunidade de pais tem muito a somar e a ajudar no sentido de poder compreender melhor as necessidades da escola, pois estar mais próxima daqueles que são o motivo da sua existência, os alunos.

Através do envolvimento da família na educação dos filhos, através do Conselho Escolar, a convivência entre os pais, educadores, alunos, funcionários e comunitários em geral tem-se tornado harmoniosa. A família deve ser e fazer parte em todas as áreas da escola, desde a mais simples opinião até a contribuir no preparo dos documentos oficiais da escola.

Os pais compreendem a importância de atuar nas decisões escolares, pois, quando lhes foi perguntado “em que áreas específicas da escola o Conselho Escolar tem atuado”, (questão nº 3), responderam:

Ele tem ajudado muito no rumo de suas atividades como, por exemplo, plano de ação, projetos de envolvimento comunitário e de pais e aluno. Na preservação da convivência harmônica entre pais, educadores, alunos, funcionários da escola e comunitários. São criteriosos, todos, acompanham os alunos. (P1, P5, P6).

Necessário se faz que a administração do gestor e professores na condução do processo político-pedagógico da escola sejam compartilhados com todos os que fazem parte do seu funcionamento, distribuindo a responsabilidade educacional também entre os

funcionários, comunitários, pais e alunos, pois, para que haja decisões que representem toda a comunidade escolar, é preciso,

[...] criar instâncias novas de poder com os Conselhos de Escola, deliberativos e não apenas consultivos e através dos quais, num primeiro momento, pais e mães ganhassem ingerência nos destinos da escola de seus filhos; num segundo, esperamos, é a própria comunidade local que, tendo a escola como algo seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola. (FREIRE, 2001, p. 38).

Os pais e responsáveis por alunos não apenas devem ter direito de ser informados sobre as decisões que afetam a educação dos seus filhos, mas, devem ser orientados a consultar os meios pelos quais se chegaram àquela conclusão, e assim, tomarem ciência dos processos ocorridos até à decisão em voga.

Na realidade, deve-se avançar mais na gestão participativa, e distribuir responsabilidades aos pais, via Conselho Escolar, onde estes possam emitir opiniões, questionar, examinar e discutir sobre os planos que afetarão a vida dos seus filhos, enfim fazerem parte da resolução das questões pertinentes à educação dos mesmos.

O sentimento de pertença por parte dos pais e responsáveis em relação ao colégio e à educação dos filhos, ainda que pareça um ideal inalcançável, deve ser a utopia (FREIRE, 1987) a ser buscada, onde estes possam assumir a responsabilidade de conduzir e orientar sobre os processos educacionais que realmente farão a diferença na vida dos discentes, e o foco pelos quais os docentes deverão planejar suas metodologias.

A família não deve ser convocada para estar na escola somente quando for para resolver as questões relacionadas aos filhos, é preciso entender essa relação através de um foco muito mais amplo, envolvendo-a e tornando-a participativa em toda a organização educacional. Para que isso aconteça é preciso investir na relação família e escola através dos meios viáveis e efetivos, tendo no órgão colegiado, o Conselho Escolar, um mediador para convocar e motivar os pais e responsáveis a se fazerem presentes nestes eventos.

As reuniões com os pais, não podem ser vistas como algo formal e sem importância, dais quais não se obtém resultados satisfatórios, pelo contrário, devem ser utilizadas como eventos que produzem a união e a participação da família, pois, bem planejada podem servir para divulgação dos projetos, que também são meios de trazer a família para o convívio escolar, assim como para distribuição de panfletos informativos.

Ao serem os pais questionados na pergunta nº 7 sobre “Que estratégias que o Conselho Escolar tem utilizado para unir os pais e comunidade”, disseram:

Mostrando para os pais como serão seus projetos e benefícios já conquistados e divulgando nas reuniões e através de panfletos. Reuniões de pais, assembleias com os pais (a nível de faculdade), projetos, hortas para autistas. Através de assembleias, reuniões, e demais projetos que a escola realiza. (P1, P2, P6).

Outros meios de participação da família no meio educacional, promovido pelo Conselho Escolar, que foram enaltecidos pelos pais, foram: as assembleias, que em muitas delas existe a participação de universidades, orientando os pais através de palestras; plano de ação e também algo mais restrito como rodas de conversas.

Necessário se faz compreender a importância da família em debates com os professores, na condução de ações que beneficiem toda a comunidade escolar em relação à educação dos filhos, e não apenas para cumprir obrigações como: matrículas, transferências, necessidades especiais, etc., como também questões corretivas que se apresentem, como: infrações, rebeldias, etc., é preciso que essas ideias sejam levadas a sério, e postas em prática.

Os pais favelados dos alunos são convocados a matricular os seus filhos, como se aquilo fosse um posto de recrutamento. Não são convocados, por exemplo, a debaterem com os professores como eles pensam que a escola da favela poderia ser uma verdadeira agência de serviços à sua gente. Mesmo que fossem, as suas ideias por certo não sairiam do caderno de anotações da diretoria. (BRANDÃO, 2007, p. 94).

A família deve ter o direito de planejar também a educação dos seus filhos, de se informar sobre as metodologias, de participar das ideias relacionadas e de interferir sim, pois, se trata de colaborar com os demais educadores e não de fiscalizar se a educação propiciada aos discentes está sendo bem feita ou não.

O papel da família/comunidade de pais e responsáveis no Conselho Escolar, na figura da representação dos pais, tem o direito e o dever de mediar esses processos político-pedagógicos, de forma, que se tornem uma realidade cada vez mais crescente, onde mais espaços escolares se tornem democratizados dentro de uma gestão participativa.

Na busca de uma relação mais estreita entre a família/comunidade de pais e responsáveis e a escola no Conselho Escolar para obtenção de resultados na educação, se faz necessário o diálogo, não apenas como conversas informais sobre assuntos aleatórios, porém, como instrumento de resolução de problemas e de planejamentos de estratégicos na condução de melhorias educacionais para a comunidade escolar.

As atividades escolares, planejadas em comum acordo entre a família e a escola no Conselho Escolar, através do diálogo, é também fator gerador do diálogo entre os demais pais

e responsáveis e a gestão escolar. Entre as respostas na pesquisa sobre “O que o Conselho Escolar faz para melhorar a relação entre pais e colegiado”, questão nº 9, a opinião dos pais é fator relevante nas relações existentes nos eventos escolares, e assim responderam:

Reúne a todos, perguntando a opinião de todos, mostra suas propostas e projetos e procura saber o que os pais acham sobre isso. A escola sempre à frente dos eventos, com o Conselho Escolar fazendo parte. Convidando pais e responsáveis a participarem de forma mais ativa da vida escolar do seu filho. (P1, P2, P6.

A importância do diálogo é percebida quando os pais dão um valor inestimável para as relações entre família e escola, citando as questões de envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, na iniciativa da gestão com o Conselho Escolar no planejamento de eventos, nas assembleias, enfim, eventos que melhoram as relações, o que evidentemente se subte a existência do diálogo para obtenção da comunhão e de bons resultados na educação.

Não há como melhorar o convívio humano e social sem o diálogo, na realidade nem mesmo há como este vir a existir. O diálogo é a própria prática na construção das relações históricas, pois o ser humano sozinho, não subsistirá na formação de uma pedagogia aonde é indispensável a participação do outro como coprodutor através das suas experiências, vivências, realizações, etc.

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo; buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1987, p. 9).

Onde não há o diálogo, não existe a compreensão, não se chega a um entendimento, restando apenas o isolamento que não é benéfico para a gestão e muitos menos para a família/comunidade de pais e responsáveis, e quem perde com isso é a próprio discente e porque não dizer a educação como um todo.

A comunicação se constitui, portanto, um instrumento necessário, imprescindível na formação de uma consciência político-pedagógica participativa, que não se aperfeiçoa no isolamento, mas na prática social e educacional, onde leva-se em consideração sempre a importância do outro, na sua consciência do mundo, pois, somente pela compreensão do outro, poderemos compreender também a nós mesmos.

3.4.3 A importância da família/comunidade de pais e responsáveis no processo educacional dos filhos

Através de um Conselho Escolar ativo com a representatividade dos pais e responsáveis, percebem-se muitas melhorias em termos de relacionamento, estrutura física e educacional, é clara a liberdade que a família tem para adentrar no colégio e nos setores administrativos ou pedagógicos sem nenhum constrangimento, ou “sem pedir licença”, pois, entendem o que a escola é deles e os que ali trabalham, o fazem em prol deles mesmos, tudo isto num ambiente amistoso e responsável como é perceptível na escola pesquisada.

Os pais e responsáveis de forma alguma atrapalham a rotina pedagógica da escola, muito menos, se portam como fiscais, quando se revestem do seu devido valor e competência e são reconhecidos no meio educacional dos filhos, pelo contrário, demonstram ser verdadeiros parceiros da gestão quando tem abertura para isso. É preciso abandonar a visão elitista e vertical, de uma educação que já vem pronta, sem a família ter a liberdade para julgar e melhorá-la, e muito menos de participar do seu planejamento.

A escola é um local onde os pais podem e devem exercer sua cidadania, dando suas opiniões quanto aos rumos educacionais dos seus filhos. A gestão democrática participativa deve prover os meios, para que exerçam esses direitos sem serem tolhidos, pelo contrário, devem ser incentivados e motivados a fazerem parte, e o Conselho Escolar é o órgão colegiado ideal como espaço político-pedagógico para expressarem suas ideias.

O processo pedagógico nas escolas deve promover e não travancar, a conquista dos seres humanos em ter direitos, e isso deve começar pelas políticas educacionais promovidas nos colégios, onde suas opiniões e valores relacionados aos filhos devem ser levados em consideração e respeitados.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade [...]. (DIMENSTEIN, 2001, p. 29).

A relação saudável entre seres humanos, segundo Paro (2013), nunca será alcançada pela força da coerção para que o outro obedeça, e se tratando da pedagogia, a força que se deve usar será a persuasão, ou seja, ser capaz de convencer o outro de que o que se propõe é bom e de que fazer tornará o aprendiz um ser melhor e livre, o que nunca será garantia de que

se conseguirá, mas, é o caminho para que no discente *seja* formada uma identidade, e não apenas o *faça* onde não se sabe quem se é, e o seu papel no mundo.

As opiniões e intervenções dos pais devem ser ouvidas e acatadas pela gestão democrática quando estas resultarem em benefícios para ambos, família e escola, e não ouvir apenas como uma forma de educação pessoal somente, sem a existência de um plano para a prática, onde esses pensamentos sejam materializados em ações benéficas para todos.

As decisões do Conselho Escolar através da participação do representante dos pais, deve homologar também nesse sentido, de tornar real o ideal da família em relação a educação que desejam para os filhos. Este órgão colegiado deve ser parte sempre nas decisões, o que foi confirmado pelas respostas dos pais quase unânimes quando perguntado se “O Conselho Escolar se sente parte das decisões do colegiado”, disseram:

Acredito que sim, pois, tem seus resultados com um agrado satisfatório. O que espero é sim, já que a maior parte do grupo do Conselho faz parte da escola. Por ser Conselho Escolar já faz parte das decisões. Sempre foi prático, quando fez parte. Muito recente, ainda não entendem, mas estão aprendendo. (P3, P4, P5, P6).

Sentir-se parte das decisões, através do Conselho Escolar, deve ser uma realidade na escola dos filhos por parte dos pais, e, percebe-se essa participação, quando em outras respostas eles demonstram que o órgão colegiado é prático, e têm o conhecimento que aqueles que o formam, são da escola, portanto, irão decidir em prol de melhorias em relação à educação planejada para seus filhos com o aval deles antecipadamente consultado.

Não é viável um planejamento de educar o aluno alheio aos seus pais e responsáveis, sem conhecer a sua realidade, o seu convívio social, a sua própria estrutura familiar, enfim não se o conhece o discente sem conhecer aos seus genitores. Formas de estabelecer a educação dos alunos, infelizmente, exclui a participação da família, na realidade, nem mesmo dimensiona a sua importância no processo, como

Alguns manuais didáticos chegavam a sugerir duas categorias de organização: os objetivos e as tarefas; todavia, a preocupação estava centrada na tarefa, entendendo-se que os objetivos estavam nela inseridos. O ‘planejamento’ pedagógico do professor no sentido tradicional, a rigor, não era bem planejamento; era muito mais o estabelecimento de um ‘roteiro’ que se aplicaria fosse qual fosse a realidade. (VASCONCELLOS, 2000, p. 28).

A gestão democrática que preza por uma educação transformadora, necessita promover os meios viáveis para os pais e responsáveis serem ouvidos em relação a si mesmos

e aos seus filhos, valorizando suas opiniões e garantindo a participação no planejamento político-pedagógico, tendo no Conselho Escolar o órgão ideal para esse processo.

É necessário ter uma visão da educação com um alcance mais amplo, além dos muros da escola, que não se faz no isolamento da família, mas na sua participação, tornando-a corresponsável no processo de planejar, coordenar, interferir e por em prática.

A importância da família na educação dos filhos é nítida na resposta dos pais, quando são perguntados (pergunta nº 10) se “A participação dos pais e escola no Conselho Escolar faz alguma diferença”, responderam que sim, e que influencia diretamente nas decisões escolares em geral e também nas questões educacionais.

Sim, ajuda na melhoria da qualidade de ensino, visando uma educação transformadora. Sim. Impactante e pra melhor. Pois, mobiliza, fiscaliza, fazem os pais serem participativos nas decisões da escola, e isso ajuda no crescimento pedagógico da escola e comunidade. Até o momento contribuiu significativamente na elaboração do cronograma escolar, atividades na quadra poliesportiva e com datas definidas para acontecimentos de atividades e eventos. (P1, P3, P5).

Quando os pais participam do Conselho Escolar de forma ativa, também foi citado a diferença que fazem contribuindo significativamente na elaboração do cronograma escolar, e que ajuda no crescimento pedagógico da escola e comunidade, portanto, se estabelece uma educação de qualidade quando esta é feita pela família e para a família.

A prepotência de achar-se capaz de educar o outro de forma isolada ou sozinho, não faz parte do processo educacional progressista, onde se percebe a educação como um ato de parceria, de comunhão, onde a contribuição de cada pessoa é importante, inclusive do discente ativo e participativo na busca da excelência no aprendizado.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos. (FREIRE, 1987, p. 39).

Trata-se de uma impossibilidade educar aos outros sozinho, e a si mesmo, os homens se educam em conjunto, na participação ativa de cada um, e a família/comunidade de pais e responsáveis fazem parte e não podem ficar de fora do processo, que é materializado quando fazem a diferença participando através do Conselho Escolar.

A participação no processo educacional dos filhos por parte da família, não deve ser apenas discursiva, mas promovida e estimulada, criando os meios para a prática. Quando os pais foram questionados “Por que o Conselho Escolar é necessário no ambiente escolar”, (questão nº 5), frisaram bastante a importância da participação dos outros segmentos estarem presentes e não apenas os docentes. Assim disseram:

Porque não somente é composto pelos docentes, mas, participa a comunidade e etc., tem voz para atuar. Para definir uma direção e determinar períodos para a conclusão dos projetos e deliberações de verbas para determinadas atividades. Para ter uma boa organização, para trazer vários benefícios para os pais e alunos. (P2, P5, P6).

Os pais enfatizaram ainda, que a necessidade da participação no Conselho Escolar é necessária, pois, traz benefícios para pais e alunos, a articulação no segmento pedagógico e tudo que seja preciso para a educação.

Percebe-se que é salientada sempre a questão dos pais terem o direito à participação do processo educacional dos filhos, pois, entendem que gera benefícios para a escola como um todo e não somente para a família, pois, atuam nos projetos, nas deliberações de verbas e na garantia de contribuição para a melhor gestão possível.

Reconhecendo a participação da família/comunidade de pais e responsáveis na educação dos filhos como um direito, a escola deve estimular e promover os meios necessários para alcançarem resultados cada vez mais satisfatórios. Métodos educacionais que engessam os pais e lhes impedem da liberdade tão essencial, os privam da própria existência como seres capazes de atuar e interferir nas melhorias da própria caminhada.

Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixado na espécie. (FREIRE, 2001, p. 34).

Os pais se tornam inconvenientes quando têm sua liberdade de atuar pela educação dos filhos impedida, pois, é da própria natureza do ser humano agir, e na ação vão se aperfeiçoando como seres “programados para aprender” (JACOB apud FREIRE, 2001), portanto, aproveitar-se dessa iniciativa nata em prol da educação será um ato de sabedoria por parte da gestão democrática participativa.

Os preconceitos são responsáveis muitas vezes pela falta de abertura aos pais para essa interferência na educação dos filhos. São excluídos como seres inferiores ou incapazes de

contribuir para a melhoria do processo educacional, pois, os que advogam essa causa se consideram melhores, mais preparados, e lhes fecham as portas para o diálogo, impedindo assim suas ações e atuações através do Conselho Escolar.

Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço *outros eu*? Como posso dialogar, se me sinto participante de um “gueto” de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? (FREIRE, 1987, p. 46).

É essencial, conforme Paro (2013), que se tome posse dos processos políticos dentro do contexto escolar abandonando todo e qualquer preconceito. Não há como o homem fugir da sua vocação de ser político e fazer política e no sistema educacional que é enriquecido pela convivência, não pelo domínio, ou autoritarismo, mas pelo diálogo, onde se aceita as diferenças e não apenas as tolera, entendendo que no processo democrático redundará em benefícios para a educação.

3.4.4 Responsabilidade da família/comunidade de pais e responsáveis nas decisões escolares

Percebeu-se que na escola onde a pesquisa foi feita, que a participação dos pais e responsáveis não é mera formalidade, há um real interesse por parte da gestão em educá-los nesse sentido, através dos seminários dentro e fora da escola que são preparados e planejados para eles compreenderem mais a respeito do processo educacional e a respeito do Conselho Escolar, tornando-os assim politizados e conscientes dos seus direitos e deveres.

Procurou-se, dentro do que foi possível, tornar o ambiente da pesquisa inviolável, e os pais e responsáveis que fizeram parte da pesquisa o mais à vontade possível para que realmente expressassem o sentimento que tinham e a opinião sem nenhum constrangimento. Ao que parece o esforço foi amenizado, ao perceber que a própria comunidade de pais é politizada, e, portanto, consciente do valor de estarem fazendo parte da gestão que preza por seu envolvimento e fizeram parte da pesquisa com muita autonomia com raras exceções.

Necessário se faz uma mudança de mentalidade educacional por parte dos pais onde porventura, estejam ausentes do processo político-pedagógico da escola, de maneira que se percebam como importantes e necessários para as melhorias em relação aos problemas que se apresentam no contexto escolar, como autores e receptores das conquistas.

Fazer parte do processo e das decisões do órgão colegiado requer-se responsabilidade e a aquisição de alguns conhecimentos políticos por parte dos pais, tendo estes a iniciativa de

se informar sobre tudo aquilo que rege o Conselho Escolar e onde as suas falas possam ser embasadas e obtenham a legitimidade necessária.

Quando perguntado aos pais “Aonde o Conselho Escolar precisava melhorar a sua atuação” (pergunta nº 8), suas respostas direta ou indiretamente, demonstraram o descontentamento pelo fato do órgão colegiado não entender o seu funcionamento e as normas vigentes do estatuto, como subtede-se na resposta: *Conhecer o estatuto, ler, saber do documento.* (P4). A falta de aprimoramento na compreensão das normas que regem o Conselho Escolar justifica, portanto, outras cobranças em áreas que, segundo os pais precisam melhorar, como: ser efetivo, ter mais frequência e em sua autoridade; pois, sem o conhecimento do estatuto, se desconhece os seus direitos e conseqüentemente paralisa as ações.

Aos pais que já se acostumaram a um modelo de educação, onde infelizmente são excluídos, não deliberadamente, mas a própria forma viciada de aceitar suas ausências de maneira passiva porque talvez seja mais conveniente ao sistema, resta-lhes desconstruir essa mentalidade, trocando-a por modelos onde a educação é integral e transformadora exatamente pela participação política-pedagógica da família através do Conselho Escolar.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação [...] em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem classes, de classes*, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. (BRANDÃO, 2007, p. 9).

A família/comunidade de pais e responsáveis pode e deve procurar novos processos de fazer uma ação educacional onde os resultados possam ser transformadores, e não acostumar-se aos modelos viciados de educação onde ousam fazê-la sem a intervenção e colaboração daqueles que mais podem contribuir para melhorá-la: os pais.

Esse modelo tradicional de educação que exclui os pais e ao mesmo tempo também tira o privilégio e a responsabilidade deles no processo educacional dos filhos, impede várias conquistas que poderiam ser uma realidade através do papel político-pedagógico da família através da atuação do Conselho Escolar.

Foi perguntado aos pais (questão nº4) sobre “Quais foram as principais conquistas do Conselho Escolar”, e, nas respostas percebeu-se, que todas elas estão relacionadas à

participação da família, como fator determinante para alcançá-las, como pode perceber-se abaixo nas respostas:

Interação e atuação da família na escola, além de recursos. Sem merenda os pais foram atrás e conseguiram, veio até nutricionista de lá, tendo merenda. Garantir as prioridades da escola como melhorias na educação infantil na gestão democrática no gera. Fortalece os projetos definidos no plano de ação do ano corrente. (P1, P3, P4, P5).

A responsabilidade, portanto, de uma educação transformadora e de qualidade, recai também sobre os ombros da família/comunidade de pais e responsáveis, através das decisões tomadas a partir do órgão colegiado, o Conselho Escolar, por meio do qual advieram outras conquistas, como: melhoria na educação, merenda de qualidade e fortalecimento de projetos.

O modelo de educação tradicional que exime os pais, por conveniência, de atuarem e tomarem as decisões necessárias no processo educacional é a mesma que “joga”, injustamente, sobre os ombros dos professores, a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos quando os alvos pedagógicos não são alcançados.

Apoiar e dá direito aos pais de se fazerem presentes e tomarem decisões em favor da educação dos filhos, numa participação ativa através do Conselho Escolar, gera decisões em conjunto, onde todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso do discente, através de uma gestão democrática e participativa, se assim não for

[...] corre-se o risco de se atribuir ao professor toda a responsabilidade do fracasso escolar, não se percebendo que o que acontece na sala é reflexo – não mecânico, todavia – do leque de determinações a que a escola está sujeita. A situação de alienação se caracteriza pela falta de compreensão e domínio nos vários aspectos da tarefa educativa. (VASCONCELLOS, 2000, p. 25).

Sendo a educação lecionada em sala de aula um reflexo de determinações que a escola está sujeita e de valores aprendidos pelos alunos em ambientes fora do contexto escolar, não há espaço para se isolar alguém e culpá-lo por determinados alvos não alcançados, por outro lado, se existe o envolvimento da família nas decisões, através do Conselho Escolar, ela influi indiretamente no contexto da aula durante o ensino, sendo esta co-responsável pelo sucesso ou fracasso.

A família/comunidade de pais e responsáveis não devem aceitar de forma passiva a não participação e presença na vida educacional dos filhos no ambiente escolar, e que sejam impedidos de interferir na educação que é feita para eles, e que deve também ser feita por

eles. Porém, é preciso buscar por instrumentos democráticos e legítimos de ações que contribuam para as melhorias necessárias.

As escolas têm os meios de participação democrática por parte da família, sendo o Conselho Escolar um desses órgãos colegiados, onde esta pode atuar de forma legítima, tendo o direito a ser representada, com poder de voz e de decisão, porém, não será uma realidade se não houver uma ambição por parte dos pais e responsáveis em se integrar no processo e se fazer ouvir nas suas reivindicações.

Os processos democráticos devem ser respeitados e postos em práticas no ambiente escolar. Os pais responderam positivamente nesta questão, nº 1, “Como são feitas as eleições para a composição do Conselho Escolar”, quando foram solicitados. Demonstraram ser participantes do processo ao falar sobre as eleições e composição do Conselho Escolar, como está descrito: *Através de assembleias, onde são feitas votações que pais, funcionários participam. Uma chapa única, feita por convite, finalmente convidar.* (P1, P4). A educação que buscamos nos informa Paro (2013), se reveste de intencionalidade, de educar o homem no seu sentido mais amplo, de um ser humano que toma posse e faz cultura, um ser politizado consciente de seus deveres e obrigações, que conhece a sociedade na qual está inserido. Deve tomar posse de uma pedagogia transformadora, que usa o progresso a seu favor, que funciona como um corpo escolar, uma unidade, priorizando o ser humano no processo.

É preciso a família/comunidade de pais e responsáveis deixem de ser coniventes com o sistema que lhes impõe a forma de educação que deseja e que ao mesmo tempo oprime. Tomar posse e fazer parte dos processos democráticos existentes no ambiente escolar é necessário na busca de consolidar a participação democrática que se tem por direito na gestão escolar.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

As decisões escolares não são atos isolados e sem intencionalidade, devem se revestir de responsabilidade por parte dos pais, na compreensão de que fazem parte da educação que os filhos recebem, portanto, podem interferir e colaborar no processo, contribuindo assim para as melhorias almejadas.

A família/comunidade de pais e responsáveis determinados a fazerem a diferença na educação dos filhos, ousam participar dos mecanismos democráticos que têm direito, sendo o Conselho Escolar, um órgão colegiado de conquistas efetivas se bem compreendido e utilizado através da gestão democrática e participativa.

3.4.5 Conselho Escolar na reforma da educação básica no Ceará-Brasil

As melhorias no sistema educacional básico do Ceará podem ser comprovadas em vários aspectos como: a música, as artes, a dança, o teatro e a informática sendo uma realidade em várias escolas da capital e do interior; criou-se o SAP (Sistema de Acompanhamento Pedagógico) para fortalecer a formação continuada especialmente dos professores; a taxa de aprovação do ensino fundamental cresceu, a de abandono está em ritmo de decréscimo, e a de reprovação caindo pela metade, etc.

A reforma da educação básica no Ceará e o êxito de suas ações não deixaram de lado a importância de um Conselho Escolar democrático e participativo tendo na figura da família/comunidade de pais e responsáveis um papel substancial quando se propõe a melhorar e transformar a educação, dessa forma descentralizando e reduzindo os níveis hierárquicos na pretensão das melhorias apresentadas.

Neste contexto, a proposta de gestão colegiada da Secretaria de Educação Básica do Ceará focaliza a *escola como ponto de partida* adotando mecanismos como a eleição direta para diretores de escolas, a criação do Fundo de apoio ao Desenvolvimento da Escola (FADE), o projeto ESCOLA VIVA, a criação dos Conselhos Escolares, a Escolarização da Merenda e mais recentemente a definição do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). (NASPOLINI, 2001, p. 181).

A criação dos Conselhos Escolares como uma das ações iniciais para se alcançar o desenvolvimento e os objetivos da educação no Ceará, demonstra a importância e a prioridade da escola e a família como necessários e insubstituíveis na busca da gestão participativa e nas ações advindas através da participação no Projeto Pedagógico, no Plano de Desenvolvimento da Escola e Regimento Escolar por parte da comunidade de pais e responsáveis.

O primeiro passo na busca das melhorias adquiridas na educação no estado do Ceará, demonstrando a importância da democracia neste processo, foram as eleições feitas de forma direta para os diretores, deixando claro assim, que numa gestão participativa, seria uma contradição ter uma direção imposta e não uma que representasse os anseios da família/comunidade de pais e responsáveis.

Através da ação ativa do Conselho Escolar, onde se obtivesse a participação democrática da família, foram realizadas as eleições do diretor por meio do voto da comunidade, a partir de então, onde a Comissão Escolar fosse composta por integrantes do órgão colegiado, demonstrando assim um avanço nas questões educacionais democráticas com a participação popular.

Na segunda etapa, participaram das eleições, por meio do voto direto, pais, professores, servidores e alunos que se credenciaram na unidade de ensino junto à Comissão Escolar (composta por integrantes do Conselho Escolar). [...] É necessário ressaltar que a experiência de eleger, diretamente, seus gestores escolares demonstra a importância da comunidade participar, continuamente, das atividades realizadas na escola, desde as pedagógicas às administrativas-financeiras, acompanhando o Plano de Desenvolvimento da Escola. (NASPOLINI, 2001, p. 182).

Percebe-se que a eleição democrática para diretor através do voto da comunidade escolar se constitui numa prática inicial e corriqueira dentro da gestão participativa, e não um ato isolado, pois, a partir desta ação a família/comunidade de pais e responsáveis através do Conselho Escolar, sente-se parte e importante no processo e entende que as melhorias da educação devem e passam por eles.

A política de educação básica do estado do Ceará vem investindo na participação democrática no processo educacional, por isso mesmo alcançou objetivos significativos na educação resultado da valorização do professor em relação a sua remuneração, autorizando aumento escalonado, estimulando assim a qualificação do profissional.

Longe de se pensar que a valorização do professor, quanto à sua qualificação e remuneração, passa longe da influência da comunidade de pais através do Conselho Escolar, necessário se faz compreender as funções do mesmo como órgão capaz de gerir as questões administrativas e financeiras, exercendo grande influência nas melhorias do profissional que afetará sensivelmente o aprendizado dos alunos em sala de aula.

Côncio da realidade da força de um Conselho Escolar composto por todos os segmentos da escola, aonde se tornam uma unidade na busca das melhorias necessárias, tendo a família como parte essencial e fundamental, o estado do Ceará, através de

A gestão escolar, assumida de forma democrática, tem o gerenciamento pedagógico e administrativo-financeiro feito com a participação efetiva e organizada de todos os segmentos da comunidade escolar. Essa participação democrática foi garantida pelo estado do Ceará através da implantação de Conselhos Escolares em todas as suas unidades de ensino. (NASPOLINI, 2001, p. 182).

Percebe-se que o sistema educacional do estado do Ceará, se propõe a fazer uma educação que fortalece a ação daqueles que irão exigir e cobrar por melhorias dele mesmo, porém, entende que só desta forma, com a participação comunitária, consciente do seu papel, se alcançará uma educação substancial como tem acontecido.

O estado do Ceará levou a sério os diversos papéis que um Conselho Escolar pode e deve exercer no contexto da escola que contribuem sensivelmente para o bom andamento e melhorias na educação. Não apenas promoveu a sua implantação em todas as suas unidades escolares, como também, o fortaleceu para que desempenhasse com êxito as suas atribuições, reconhecendo o seu valor inestimável para a educação que pode e deve fazer a diferença na sociedade e pela sociedade.

[...] o Conselho Escolar desempenhou um papel fundamental durante a eleição dos diretores, mobilizando alunos, pais, professores e funcionários, coordenando o processo de discussão entre os candidatos e a comunidade escolar em torno do PDE, organizando todo o trabalho de votação, enfim, promovendo uma prática educativa democrática em busca de uma melhoria na qualidade e desempenho da escola. (NASPOLINI, 2001, p. 182).

Percebe-se que realmente, o estado do Ceará promove, fortalece e conseqüentemente obtém um Conselho Escolar atuante que mobiliza, coordena, organiza, promove, fiscaliza, enfim, alcança resultados satisfatórios para a educação como o foi percebido, portanto, a representação da família/comunidade de pais e responsáveis no órgão colegiado, e a sua participação democrática não é opcional, mas necessária para a obtenção de conquistas efetivas e contínuas no contexto escolar.

3.4.6 Implantação do Conselho Escolar em Coari-Amazonas

Primeiramente houve a preocupação por parte da SEDUC-AM em organizar Conselhos Escolares em todas as suas escolas, pois, entendia que não se pode nem pensar em melhorar a educação se não se começar de forma democrática e participativa através daqueles que é a razão da sua existência, e entre esses estão a família/comunidade de pais e responsáveis, dando assim início a um processo de autonomia e participação na busca de melhorias na educação.

As escolas de Coari sob a responsabilidade da SEDUC-AM, entendendo que seria benéfico e um grande passo para melhorias significativas na educação, implantaram Conselhos Escolares em todas as suas escolas, dando início ao modelo de educação democrática e participativa, por mais que nesse início, fosse através de aclamação, porém, um avanço em termos de conscientização de que o papel deste órgão colegiado é fundamental nas

melhorias que se propõe, ressaltando aqui, o papel da família/comunidade de pais e responsáveis.

Considerando-se o modelo de gestão democrática e participativa, implantada nas escolas estaduais em Coari, no Ano de 2010, atendendo a determinação da Resolução nº 122 da SEDUC (AMAZONAS, 2010b), as quatorze escolas do Município implantaram seus Conselhos Escolares, seguindo à risca todas as orientações do órgão de origem, em que a primeira composição foi feita por aclamação, em se tratando da fase de criação dos conselhos. (CASTRO, 2016, p. 29).

Os Conselhos Escolares teriam um período de 02 (dois) anos a partir de então para atuarem até uma nova composição, que poderia ser feita através de chapa, o que já seria um avanço, porém, ainda poderiam ser aprovados por aclamação, levando-se em consideração, tratar-se de efetivar um modelo de educação que em muitas escolas apenas servia para cumprir uma burocracia e em outras nem sequer existia.

Entre as escolas que abraçaram o desafio de fazer a educação de forma participativa e democrática, através da composição e efetivação do Conselho Escolar, destacando aqui a participação dos pais e responsáveis, foi

A Escola X está situada no bairro Urucu do Município de Coari/AM, ela foi criada em 1991, é uma escola fisicamente organizada e bem estruturada, para atender a uma demanda de 916 alunos, distribuídos nos três turnos. Para isso, a atual gestora com o apoio de cinquenta e dois professores e dezessete funcionários, que estão distribuídos nas funções de serviços gerais, assistente administrativo, merendeiro e vigia. (CASTRO, 2016, p. 37).

O interesse por um modelo de educação que incluísse a participação popular por parte desta escola demonstrou-se exatamente em sua fase de implantação, quando se propuseram a não fazer de qualquer jeito, ou sem um planejamento adequado, mas, através de encontros onde pudessem primeiramente ouvir os vários segmentos da escola, entre eles a família/comunidade de pais e responsáveis, propor a formação do Conselho Escolar, e tirar quaisquer dúvidas que viessem a existir sobre o mesmo.

Na realidade da Escola X, o processo para a criação do Conselho se iniciou com um encontro pedagógico envolvendo todos os segmentos da escola, com o objetivo de esclarecer o que é conselho, sua função e as respectivas atribuições. Inicialmente, a discussão demandou muita rejeição por parte dos envolvidos no processo escolar, considerando-se que muitos dos presentes pensavam no conselho como mais uma atividade. (CASTRO, 2016, p. 43).

Percebe-se que há uma vontade de se trabalhar a educação através dos vários segmentos, pois, houve a preocupação e necessidade de se começar da forma ideal, ou seja, não sendo a direção da escola a responsável por implantar o processo participativo democrático através do Conselho Escolar, mas, mediando, esclarecendo e já dando o

exemplo, de como seria a proposta da educação a partir de então, com a colaboração e responsabilidade de todos, inclusive da família/comunidade de pais e responsáveis.

A escola se propôs a atuar na educação por meio da participação de cidadãos críticos, que não apenas pudessem opinar, mas que compreendessem o processo educacional através de suas vivências, experiências e daquilo que está sentido, e assim contribuíssem, com relatos reais, com fatos, que pudessem gerar mudanças e melhorias efetivas e não somente entregar à direção escolar a responsabilidade de promover a educação por eles e para eles, mas, compreendessem que a partir dali, a educação seria feita por eles e para eles.

Um dos primeiros passos na direção da educação popular feita pelos pais e para os pais, onde a gestão democrática se contentaria com o papel de mediar o processo, foi a criação do Projeto Político-Pedagógico, idealizado a partir de várias reuniões e discussões com os segmentos escolares, onde a família/comunidade de pais e responsáveis, também se fizeram presentes contribuindo para o PPP da escola que refletisse as suas realidades.

A escola desenvolve projeto para uma gestão plena, de autonomia democrática e pedagógica, visando à integração Escola e Comunidade, o que faz dela, uma Entidade de Ensino de referência, incluindo, nesse processo, o Projeto Político-Pedagógico, criado no ano de 2009, após várias reuniões e discussões entre pais, mestres, alunos, funcionários e comunitários, tendo como representantes: alunos, pais de alunos, funcionários da escola e professores. (CASTRO, 2016, p. 42).

A representatividade da família/comunidade de pais e responsáveis na formulação do Projeto Político-Pedagógico da escola demonstra o nível de importância e da parceria entre Escola e Comunidade existente, porquanto, não se chega a uma gestão plena, de autonomia democrática e pedagógica, sem entender as partes envolvidas, e nesse caso, um PPP que realmente reflete a comunidade escolar, pois, foi compilado a partir de discussões onde se fizeram presentes, opinando e dando pareceres.

Os pais e responsáveis por alunos, através de sua representatividade no Conselho Escolar e com muito mais abertura e à vontade para atuar, começaram a preocupar-se em relação a escola que tinham até aquele momento, porém isso só foi possível porque estavam agora de posse de uma nova mentalidade onde se sentiam responsáveis pelo andamento da educação e entendiam que para melhorar dependia deles também.

Embora a escola que queriam ainda não fosse uma realidade, estavam cientes, que poderiam chegar lá, pois, não mais “terceirizavam” a responsabilidade de ter uma escola ao modelo que pretendiam, mas, como família/comunidade de pais e responsáveis entendiam que

eles mesmos eram os atores principais nesse processo e capazes de se chegar aonde desejassem à nível de uma educação de qualidade.

As decisões na escola agora passaram a ter um peso maior e mais flexibilidade, pois eram frutos de decisões advindas do Conselho Escolar e não mais de forma vertical, de cima pra baixo, pois a partir de suas conscientizações no processo, daquele

[...] momento, cada segmento, tratava a escola pelo seu olhar. Os pais e os alunos apontaram falhas na postura e atuação de alguns professores e da gestão escolar, os professores trataram, unanimemente, da ausência dos pais na educação dos filhos, destacando a falta e apoio no processo de aprendizagem dos alunos. Os funcionários, por sua vez, expuseram situações relativas à organização da escola, apontando falhas de si e dos demais profissionais. (CASTRO, 2016, p. 43).

Muito embora, se perceba a vontade e determinação no processo democrático político-pedagógico na educação em Coari, em especial nesta escola em particular por parte da gestão na implantação do Conselho Escolar, como instrumento de participação e decisão através dos pais e responsáveis por alunos como um dos segmentos, é um processo aonde se requer constante investimento e reorganizações para que não perda de foco o que foi proposto inicialmente.

A implantação de conselhos escolares por parte da SEDUC-AM em todas as suas escolas no município de Coari, foi um sucesso, pois, como

[...] se pode verificar que Coari, é o único Município em que todas as escolas da Rede Estadual possuem Conselho Escolar devidamente reconhecido e efetivado nos trâmites legais, enquanto a muitas cidades ainda não avançaram com relação à criação de colegiado. (CASTRO, 2016, p. 56).

Todo este avanço na busca de uma educação cada vez mais democrática e participativa, onde os pais tenham vez e voz, através do Conselho Escolar, não acontece por acaso, é consequência de lideranças envolvidas na obtenção de uma gestão democrática, perceptível no município de Coari, onde todas as 14 (quatorze) escolas sob a jurisdição da SEDUC-AM têm Conselhos Escolares formados e atuando, se tornando um exemplo, de práticas democráticas e participação popular no âmbito educacional.

4. PESQUISA DE CAMPO: ESPAÇOS FORMATIVOS DA PRÁTICA ACADÊMICA

4.1 Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Marcio Souza

O Estágio I do 6º período da licenciatura de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, realizou-se em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Marcio Souza da Zona Centro Sul em Manaus-AM, as terças e sextas-feiras à tarde no período do mês de março a junho de 2017, sob a responsabilidade da professora Neylanne Pimenta.

É possível perceber durante o estágio, como é importante a figura da família para os alunos, professora e para a direção da escola, pois dependendo de como os pais educam e tratam seus filhos em casa, isto refletirá na educação proposta, dificultando ou facilitando o ensino por parte dos educadores.

Grande parte das problemáticas relacionadas ao desenvolvimento ou interesse dos alunos em relação às atividades ou a comportamentos estão intimamente ligadas à mudança de atitude dos pais em relação a eles. As atividades que não estão sendo feitas, são resolvidas por parte dos pais dando incentivo e ajudando os filhos a fazerem, assim como problemas de cansaço em sala que havendo interesse da família em dormir cedo logo são dissipados.

É possível perceber que poucos alunos tem a família participando ativamente de sua atividade escolar. A professora geralmente só tem contato com esta quando no término da aula, espera aparecer para conversar a respeito de alguma situação adversa do aluno que precisa ser resolvida. Existe, portanto, por parte da escola

A necessidade de vínculo maior com as famílias, uma vez que responsabilidades que antes correspondiam aos pais e mães vão sendo conferidas às escolas: orientação psicológica, orientação sexual, orientação para novas necessidades da vida urbana, educação para o trânsito, educação para o lazer, educação ambiental, etc. (LIBÂNEO, 2008, p. 112).

Geralmente os pais se contentam com a educação que está sendo transmitida aos seus filhos, pois se limitam apenas a saberem a opinião da professora a respeito dos mesmos, se estão bem ou não nos estudos, e aceitam o diagnóstico dado, como se não dependesse deles também a educação transmitida.

Percebe-se que a participação da família na educação dos filhos, principalmente na figura dos pais, não é opcional, mas necessária para bom desenvolvimento dos filhos na escola. Portanto, essa participação deve ser incentivada, e os meios criados para que se

envolvam. Os pais devem ser conscientizados que não se faz uma boa educação para seus filhos, a não ser que se tornem parte da mesma e tomem a iniciativa nesse processo em casa.

As crianças que geralmente tendem a serem desleixadas nas atividades, tem na figura dos pais uma grande parcela de responsabilidade, pois muitas vezes não são interessados e não participam da vida escolar dos filhos. Geralmente tem uma compreensão que é a escola que tem esse papel de educar e não eles. Quando não se interessam e não demonstram dar valor pela educação dos filhos, estes, por sua vez, tendem a não se interessarem o suficiente também.

Em realidade, o profissional que se preocupa com o desenvolvimento educacional de seus alunos, não pode prescindir da participação dos pais neste objetivo, pois, trata-se de uma impossibilidade anelar por aquele desprezando este. Na verdade, os professores devem buscar na figura dos pais, seus grandes colaboradores, para que seu papel docente possa ser alcançado e o aprendizado dos alunos possa ser uma realidade percebida.

Um corpo docente que tem a participação dos pais de forma atuante através do Conselho Escolar nos processos educacionais se sentirá fortalecido e seguro, pois, as decisões não são responsabilidade apenas da escola, mas é dividida com a família. Uma família participativa com voto nas decisões registradas em ata fortalece o ato, pois não se trata de uma ação isolada e egoísta de uma pessoa somente, mas fruto de diálogo e participação comunitária.

Se idealizamos uma sociedade mais ética, mais humana, mais solidária e mais justa, precisamos de uma escola que se preocupe com as questões ligadas à política, que contribua na construção de cidadãos (e não apenas de consumidores), capazes de julgar a realidade e interferir nela de forma crítica e consciente. (GEMERASCA, GANDIN, 2002, p. 14).

Um Conselho Escolar sem permitir-se que os pais participem com seu representante é um instrumento egoísta de atitudes solitárias, pois, tudo se resolverá com base e em pontos de vista apenas interno, sem uma visão panorâmica da comunidade com suas culturas e seus problemas peculiares.

O profissional docente pode entender melhor as dificuldades dos alunos, estando atento às informações que somente os pais têm da comunidade porque ali residem, portanto devem sempre buscar o diálogo. Muitas das dificuldades enfrentadas em sala de aula são reflexos dos problemas do bairro, que com a participação dos pais no Conselho Escolar, que compreendem mais o dilema, será mais viável sua resolução.

4.2 Escola Estadual Nossa Senhora das Graças

O Estágio II no 7º período da licenciatura de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, realizou-se na Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, localizada na Rua Libertador, nº 55, bairro Nossa Senhora das Graças – Zona Urbana da Cidade de Manaus–AM, as segundas-feiras pela manhã e algumas vezes a tarde no período do mês de setembro a novembro de 2017, sob a responsabilidade da professora Neylanne Pimenta.

Este período foi diferencial, pois, precisando passar por uma cirurgia, deveria fazer vários exames médicos, que não poderiam ser na mesma data dos dias do estágio, se não perderia a experiência necessária nos anos iniciais do ensino fundamental, fora, toda a tensão de ter que preparar a intervenção, que dependendo da data poderia ser no mesmo dia da cirurgia, que se adiou três vezes aumentando assim ainda mais a minha preocupação.

A princípio, pelo nome, parecia uma escola confessional, Nossa Senhora das Graças, porém, se tratava de uma estrutura alugada pelo Governo do Estado, que pertencia aos padres, e já precisava de algumas reformas e demonstrava a carência de colégios públicos próprios para comportar a demanda de alunos, pois, mesmo assim, percebia-se o espaço pequeno para a quantidade de alunos matriculados, com salas superlotadas.

Percebi as diferenças de lidar com os alunos, comparando duas professoras que estive em suas salas de aula. Uma delas estava preocupada em passar o conteúdo, sem se preocupar com o ambiente, movimento dos alunos e não tinha um bom relacionamento com eles. Já a outra, além de dar uma boa aula, tinha uma ótima relação com seus discentes, o que me levou a subtender que tinha também com os seus pais, o que depois conversando com ela, me confirmou a premissa, ao contrario da primeira docente.

O processo educativo que se desenvolve na escola pela instrução e ensino consiste na assimilação de conhecimentos e experiências acumulados pelas gerações anteriores no decurso do desenvolvimento histórico-social. Entretanto, o processo educativo está condicionado pelas relações sociais em cujo interior se desenvolve; e as condições sociais, políticas e econômicas aí existentes influenciam decisivamente o processo de ensino e aprendizagem. (LIBÂNEO, 1994, p. 24).

Quando da correção das atividades que foram passadas para casa, percebi a metodologia da professora na qual fazia o estágio em proporcionar uma leitura de mundo (FREIRE), aos seus alunos, ao relacionar as atividades do livro com as suas vivências.

Outro fator interessante, porém, sem deixar de ser drástico, foi que os alunos que fizeram as atividades, tiveram a ajuda dos seus pais, enquanto os outros, que não

conseguiram, não tiveram um envolvimento dos seus, percebendo-se então, a importância da participação dos pais na educação dos seus filhos, não somente politicamente, mas pedagogicamente também.

Percebi que na escola existem muitos cartazes que exaltam a participação da família na escola e creditam a ela a razão do seu sucesso. Porém, conversando com uma avó que é a responsável por dois alunos, ela não sabia o que era o Conselho Escolar quando a questioneei sobre o mesmo. Notei que há um hiato grande entre a teoria de valorizar a família na escola e quanto esta prática em conhecer, e se envolver através deste órgão colegiado.

Infelizmente, não são somente os pais que estão alheios ao funcionamento do Conselho Escolar, pois conversei com professores também, que até sabem da sua existência, mas não souberam dizer qual a contribuição do mesmo no contexto escolar. Parece-me que inconscientemente, pais e professores, assimilam afirmativas que as questões escolares devem ser deixadas para quem de direito e que não devem preocupar-se com estas.

Consideremos algumas afirmações que são passadas nas conversas, nas aulas, nos livros didáticos: “O Governo sempre faz o que é possível; as pessoas é que não colaboram”; “Os professores não têm que se preocupar com política; o que devem fazer é cumprir sua obrigação na escola”. (LIBÂNEO, 1994, p. 20).

Constatou-se que a família/comunidade de pais e responsáveis tem participado pouco das atividades da escola como reuniões e eventos promovidos. Muitos alegam que trabalham e não tem como participarem, os filhos ficam com os avós, e, muitos destes alunos também são filhos de pais separados, o que dificulta a participação.

Percebe-se que muitos educadores, infelizmente, se acostumaram com a ausência dos pais na escola e não fazem muita questão de vê-los presentes e opinando, portanto, é preciso ter o cuidado de por ações, não

[...] negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares da escola [...] entende a escola como um centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado, trancado a sete chaves, objeto de possessivismo da diretora ou do diretor, que gostariam de ter *sua escola* virgem da presença ameaçadora de estranhos. (FREIRE, 2001, p. 49).

É preciso criar mecanismos e usar da criatividade para atrair novamente os pais para o ambiente onde seus filhos passam grande parte de suas vidas. O que não deve ser aceitável é conformar-se a ausência da família como se fosse natural ou “assim mesmo”.

Uma das pedagogas da escola, numa reunião comigo e com os demais colegas, informou-nos que o perfil de representante dos pais no Conselho Escolar, como eu

principalmente, por experiência pessoal, procurava encontrar no contexto escolar deles, ou seja, ativo, esforçado, participativos, ali era inexistente, infelizmente.

Apesar, de não encontrar na escola, um Conselho Escolar como imaginei, ou seja, atuando, agindo e participando, através principalmente da figura do representante dos pais, mesmo assim, a experiência nesta escola, acrescentou em muito na minha formação e entendimento das necessidades físicas e estruturais que a educação necessita não somente neste contexto, infelizmente, em outros também.

4.3 Escola Municipal Professor Waldir Garcia

O Estágio III no 8º período da licenciatura de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, realizou-se na Escola Municipal Professor Waldir Garcia, localizada na Travessa Pico das Águas, nº 339, bairro São Geraldo – Zona Urbana da Cidade de Manaus – AM, as quartas e quintas-feiras pela manhã e alguns dias pela tarde no período do mês de março a junho de 2018, sob a responsabilidade da professora Neylanne Pimenta.

Acredito que naquilo que é fundamental numa escola de tempo integral, ou seja, o diálogo precisa melhorar, muito embora, já dê sinais de que estão avançando nesse objetivo, pois, percebe-se que a preocupação em atender os pais está desde a entrada na escola até mesmo depois através da gestora, pedagoga e professores.

Os pais estrangeiros, principalmente os haitianos que são mais notados, especialmente por causa da raça e cor, são muito bem atendidos e há uma preocupação em solucionar as suas necessidades em relação à educação de seus filhos.

Que existem alguns pais ainda inconformados e de certa forma sentindo-se incompreendidos é natural num processo que se procura buscar novas maneiras de percebê-los, não como inconvenientes, porém, como parceiros da escola. Esse choque de ideias e formas de entender a educação se torna natural dentro de um processo onde se procura melhorar.

Nota-se que o corpo docente está nessa procura de transformar as fragmentações existentes entre escola e os pais no diálogo e em novas oportunidades de aprendizado, pois, em nenhum momento, estão à procura de desculpas para desistirem da conversa como fator indispensável para um bom relacionamento entre eles.

Na escola existem bastante estrangeiros: haitianos, venezuelanos e canadenses, que foram muito bem recebidos e são muito bem tratados pela comunidade escolar, em relação ao respeito e à oportunidade de serem escolarizados numa nação diferente das suas. Estes estrangeiros estão presentes na entrada e saída de seus filhos da escola e muitos deles participam das atividades propostas durante o período. Percebe-se que buscam mesmo esse direito que têm à alfabetização de seus filhos, muitas vezes mais que os brasileiros.

Os estrangeiros aproveitam mesmo a oportunidade que tem no Brasil, e buscam esses direitos que possuem para seus filhos, e buscam ser parte do processo de aprendizado participando das programações da escola onde muitos deles estão presentes. Eles têm um sentido de pertencimento à comunidade escolar, o que falta infelizmente para os brasileiros.

A exclusão social não é só a falta de moradia, ela é muito mais profunda, está dentro das pessoas. É terrível quando estas não possuem sequer ideia que tem direitos assegurados e perderam a liberdade de sonhar. Além disso, a população em situação de rua não raras vezes desenvolve um sentimento de culpa, achando-se merecedora do sofrimento que padece (KOHARA, 2008, p. 21).

Portanto, estas oportunidades na educação que os estrangeiros abraçam, como se fossem deles e de fato o são, e que buscam com afincos esta inclusão, não aceitando de forma alguma estarem alheio, mesmo em terra estrangeira, é o que está faltando ao povo brasileiro, quando aceita a exclusão e se sente merecedor da mesma, eximindo os governantes deste país de qualquer culpa.

Alguns pais apesar dos esforços da gestora e dos pais que participam do Conselho Escolar estão ainda muito aquém de um entendimento substancial a respeito da sua existência e funcionalidade.

É possível perceber que há um esforço por parte do Conselho Escolar em se tornar um instrumento de participação, lutas e conquistas por parte da comunidade de pais, porém, é necessário que se busque essa cooperação com ações mais concretas, onde os pais sejam informados por meios orais, visuais e em reuniões, para os fazerem conhecer e assim entenderem a necessidade de ser parte atuante do instrumento onde são representados.

A estrutura social e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são uma decorrência de fato de que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupo [...] Este fato é fundamental para se compreender que a organização da sociedade, a existência das classes sociais, o papel da educação estão implicadas nas formas que as relações sociais vão assumindo pela ação prática concreta dos homens (LIBÂNEO, 1994, p. 19).

A busca assim por ações concretas onde o Conselho Escolar se torne realmente um instrumento de ação social e conquistas é essencial para que não seja apenas um instrumento institucionalizado aonde a comunidade de pais venham a ele procurando soluções para os problemas educacionais, mas onde eles mesmos sejam a parte física e funcional, onde agem e buscam as soluções necessárias para melhorias na comunidade escolar.

Se não se encarar esse novos desafios, demonstrando ser possível sim, mesmo em escola pública, uma educação transformadora através da parceria e ação de todos no ambiente escolar, fortaleceremos o discurso que defender a educação privada de mercado, pois,

Para Sacristán, o espaço da educação pública é o de cumprir o desafio da modernização ética e social, ideal esse encoberto pelo discurso único que advoga a lógica de mercado como garantia do conceito de liberdade... é considerada a estrutura da prática educativa, entendida aqui como chave do profissionalismo docente (ANASTÁCIOS, ALMEIDA, GOMES, 2002, p. 304).

Se tratando do Conselho Escolar da Escola Municipal Professor Waldir Garcia, percebe-se que existem divergências sérias por parte de seus componentes. O responsável por toda essa situação é um dos membros e um dos representantes dos pais, já que o Conselho Escolar tem 03 (três) representantes de pais e não apenas 01 (um).

Ao que tudo indica este membro acima, quer sempre fazer prevalecer as suas sugestões sem levar em consideração a dos outros e quando não é atendido ofende-se e ofende os demais membros. Segundo os outros componentes, ele não está disposto ao diálogo, e considera-se acima em compreensão e entendimento do que realmente a escola precisa.

Na verdade, não é somente o Conselho Escolar que reclama da postura deste membro, mas as pedagogas e professoras também. Ao que parece dificulta os filhos de participarem das atividades externas da escola, onde tais atividades servem para a própria avaliação dos seus filhos. As pedagogas reclamam que deseja mudar as regras da escola a seu bel-prazer, e muitas vezes ele mesmo age segundo as regras que deseja, como, chegar sempre fora do horário de entrada da escola e conduzir os filhos para a sala de aula como se fosse normal, por exemplo.

A intolerância é sectária, acrítica, castradora. O intolerante se sente dono da verdade, que é dele. Não é possível crescer na intolerância. O educador coerentemente progressista sabe que estar demasiado certo de suas certezas pode conduzi-lo a considerar que fora delas não há salvação (FREIRE, 2001, p. 36).

Realmente é muito complicado para um Conselho Escolar ter em sua formação um membro que é um dos representantes dos pais, avesso ao diálogo e sem respeitar a opinião dos outros, tendo em vista que neste instrumento democrático da gestão participativa, necessário se faz que o diálogo seja fundamental na resolução das questões que se apresente.

Percebe-se em alguns eventos da escola a ausência de pais, embora em outros estejam presentes. Não sei qual o critério utilizado para a ausência ou presença dos pais nestas programações, porém, compreendo que a participação dos pais é importante em qualquer uma delas feitas na quadra ou no chapéu de palha da escola.

A participação dos pais nas programações e eventos feitos para seus filhos, não deveria nem chamar-se de participação, já que o próprio verbo já desqualifica os pais como parte da programação e da própria educação dos filhos. Uma educação progressista e libertadora tem que está sendo feita nos domínios da comunidade de pais, se estes são apenas convidados ou participantes, concorda-se que não são partes dessa educação, apenas assiste a aquilo que está alheio a eles.

A educação integral jamais se realizará fora de uma educação feita pela comunidade, por aquilo que é essencial para ela como conhecedora das necessidades básicas, principalmente dos seus filhos. Se assim o for, corremos o risco de estarmos imitando o mesmo sistema político dominante que abominamos por excluir a própria comunidade que diz educar. Entende-se que uma educação que foge ao padrão político dominante, deve, portanto, incluir em suas atividades a comunidade de pais não como coadjuvante, porém como protagonista da própria educação.

Os acadêmicos de odontologia da UFAM deram uma palestra para os pais no chapéu de palha da escola a respeito do cuidado com a saúde bucal e dos alimentos industrializados que tem uma grande concentração de sal ou açúcar sendo assim prejudicial aos dentes.

Os pais tiveram a oportunidade de aprender sobre algo substancial para suas vidas, e melhor, aprender na própria escola onde os filhos estudam, e que em forma prática tiveram acesso a aquilo que é também ministrado a eles. A família teve o momento de opinar, fazer perguntas, questionar, participar, enfim, foram os atores principais de toda aquela mobilização feita especialmente para eles. Foi-lhes, apesar do pouco tempo, demonstrado que em tudo o que se faz e se prepara visa o próprio homem.

Através da palestra ministrada aos pais, percebe-se que todas as ciências, pesquisas, estudos, etc., tem por finalidade a melhoria de vida do próprio homem. Se o homem não for o objetivo principal, e tratado fora de sua humanidade apenas como um produto descaracteriza-se o seu valor. A escola da comunidade e feita pela comunidade, tem por característica o reconhecimento deste valor do ser humano e do resgate da sua importância na educação.

A teoria de Paulo Freire não bebeu somente de pensadores da esquerda, ela também tomou como referência os estudos de antropologia da virada para o século XX e aproveitou-se do pensamento que foi crescendo nas escolas de serviço social. Assim também a teologia da libertação bebeu destas fontes, do nordeste ao sul do país: uma nova visão do homem, da pessoa, onde o importante era perceber o que essa pessoa pensa, o que diz, o que essa pessoa reconhece (JÚNIOR, 2008, p. 12).

Uma escola de educação integral deve trazer no seu bojo, essa nova visão do homem, se importando e de fato considerando interessante sua opinião, tendo curiosidade por saber e entender os seus pensamentos a respeito da educação, e tornando-o também o objetivo principal dessa educação, não o vendo como apenas um produto de mercado.

Na construção desse novo homem, valorizando-o, e dando-lhe o papel que merece como construtor da própria história, um dos instrumentos de democracia a ser melhorado neste sentido é o Conselho Escolar. A gestora já sinalizou nesse sentido, ou seja, torná-lo mais democrático, e mais próximo da gestão participativa.

Ao participar de uma reunião do Conselho Escolar por convite da gestora, para que desse algumas sugestões a respeito do funcionamento do mesmo, com base na minha experiência de representante de pais, percebi o quanto se precisa melhorar para torná-lo mais democrático.

O Conselho Escolar teve seus membros indicados pela gestora, que é a presidente nata do mesmo. Numa democracia onde se procura a participação dos pais, sempre se deve fazer essas escolhas através da participação comunitária pelo voto, dando-lhes o direito de votar e ser votado.

O próprio Conselho Escolar já tem muitas divergências em virtude de opiniões e posições diferentes em relação ao melhor para a educação integral que a escola se propõe. Entendo que estas fragilidades fazem parte da construção democrática, onde se aprende a tolerar e ser tolerado, a opinar e a ouvir, mas jamais considerar o outro inimigo por não considerar e acatar a outra opinião.

Esses constrangimentos acima descritos por divergências de opinião poderiam ser evitados se a construção do Conselho Escolar tivesse sido pelo exercício do voto da comunidade de pais, onde teriam a oportunidade de votar e ser votado. Não existiria ninguém em especial pelo fato de ser indicado, existiriam sim aqueles que a própria comunidade que é parte da educação e tem seus domínios, pois conhece a própria necessidade, escolheu para o exercício da sua representatividade.

Ao invés de pensar a democracia como algo institucional, que só diz respeito aos políticos, ao invés de só falar em democracia, podemos falar em construção democrática – da qual nós também participamos. [...] Acreditamos que a ampliação da democracia acontece com o exercício do poder pelo povo através da relação entre políticas públicas e direitos [...]. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 39).

A construção da democracia não se dá através de políticos ou da política partidária somente, mas é fruto da própria consciência democrática, quando pensamos na construção de mecanismos menores de educação com base na escolha do que a comunidade deseja como autora da própria educação, tendo por base as necessidades que ela mesma já sabe quais são.

O que se percebe é que uma parte dos pais da escola tem uma visão do Conselho Escolar como algo a ser consultado apenas quando tiverem uma necessidade e que precisa ser resolvida por ele. Ainda não assimilaram o entendimento de que o Conselho Escolar são eles próprios na figura do seu(s) representante(s), para reivindicarem que se cumpra o que a escola tem direito. Portanto, o Conselho Escolar não é um instrumento que resolve os problemas da escola, como muitos pais imaginam, mas são eles mesmos que fazem funcionar e são o Conselho Escolar que vão buscar nas instâncias necessárias seus direitos garantidos por lei.

Quando se compreende o pensamento libertador que é cobrar de quem de direito, as políticas públicas necessárias e previstas em lei, o Conselho Escolar perde aquela visão de órgão que resolve os problemas da escola, para o instrumento de conquistas que cobra na pessoa dos pais, que o Estado faça as melhorias na educação que já estão previstas.

As assembleias são instrumentos importantes de conquistas por parte dos alunos, onde se reúnem para resolverem as próprias questões que lhes inquietam, e, ali existem os debatem as opiniões se divergem, porém, todas as questões são resolvidas através do diálogo. Através das assembleias está sendo formado os alunos politizados, críticos, e que aprendem a construir e buscar melhorias naquilo que não apenas lhes afeta, mas que são parte, não deixando que terceiros resolvam questões que competem a eles, pois é parte de suas vivências.

Todos os alunos devem participar das assembleias, onde têm o direito a dar opiniões e a ouvir a opinião do outro, mesmo que seja contrária a sua. A gestora, pedagoga e professoras, são responsáveis para direcionar o funcionamento, porém não interferem de maneira que influencie a opinião dos alunos.

No final das assembleias o diálogo foi exaltado, pois tudo foi resolvido através do mesmo, e pela democracia através do voto dos alunos. Todo este esforço por parte do corpo docente da escola, pra tornar os alunos cidadãos e politizados, demonstra o grande amor que tem pelos discentes, ao invés de vê-los apenas como crianças sem opiniões e que ainda não estão preparadas para resolverem qualquer coisa.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1987, p. 45).

É imprescindível numa escola que busca a educação integral, como eles já vêm fazendo, que se busque a resolver as questões da comunidade escolar de forma democrática e pelo diálogo, onde os próprios alunos são os conhecedores de suas dificuldades, e eles mesmos reunidos chegam a uma melhor solução para todos.

4.4 Proposituras de intervenção

A par de algumas das informações descritas acima no meu relato de experiência, a Gestora da Escola Municipal Waldir Garcia, interessada em melhorar a formação, composição e funcionamento do Conselho Escolar, me convidou para participar de uma das reuniões do mesmo para relatar minhas experiências e dar algumas sugestões que pudessem contribuir no seu desejo de tornar o Conselho Escolar cada vez mais democrático e mais próximo do que se espera de uma participação popular e ativa onde gestão e pais possam se unir para a melhoria da educação, e como se propõe a escola, uma educação integral.

Era preciso [...] criar instâncias novas de poder com os Conselhos de Escola, deliberativos e não apenas consultivos e através dos quais, num primeiro momento, pais e mães ganhassem ingerência nos destinos da escola de seus filhos; num segundo, esperamos, é a própria comunidade local que, tendo a escola como algo seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola. (FREIRE, 2001, p. 38).

Portanto, parte ou o todo, das sugestões abaixo, o fiz para a gestora e Conselho Escolar oralmente na reunião, porém, aqui deixo por escrito como uma sugestão de formação e funcionamento do Conselho Escolar que possa contribuir de alguma maneira para a

democracia e para a gestão participativa como a que se propõe o corpo docente nessa busca nobre da educação integral.

4.4.1 Quanto aos componentes

Cada segmento da escola deve ter 01 (um) representante e 01 (um) suplente. Estes segmentos que devem ser representados são os seguintes: os professores, os alunos, os funcionários, os pais, a APMC.

Levando em consideração que os alunos são crianças e adolescentes, devem apenas ser apresentados e constados seus nomes, sem precisarem evidentemente participar das reuniões e das decisões, apenas é essencial para que já desde cedo, aprendam a serem alunos críticos e entendidos nesse processo democrático e compreenderam sua importância na escola e na educação integral.

Devem também ser convidados para participarem das reuniões e fazerem parte das decisões, porém sem poder de voto, o conselheiro tutelar da região, assim como o presidente da comunidade onde a escola está imbuída.

A presidente do Conselho Escolar sempre será a gestora da escola sem que se precise para tal votação e eleição.

4.4.2 Quanto ao processo eletivo

O ideal seria que no mínimo houvesse 02 (duas) chapas formadas para concorrerem, e assim se obtivesse aquela que se tornaria o Conselho Escolar. Porém, devido às dificuldades de se encontrar pessoas dispostas a abraçar essa causa que não é remunerada, seria bom primeiro haver uma chamada geral para todos os segmentos de pessoas que queiram ser representantes no Conselho Escolar.

Se aparecerem pelo menos dois que queiram ser representantes de seus segmentos, deve-se chegar a um consenso de 01 (um) deles ser o candidato a representante e o outro a suplente. Se não houver acordo que se faça uma pequena votação entre o corpo docente da escola para que assim, se conheça o candidato a titular e o candidato à suplência.

Se porventura houver mais de dois candidatos em qualquer dos seguimentos, que se faça o mesmo processo de votação acima, se escolhendo o mais bem votado para candidato a titular e o segundo para candidato a suplente.

Neste processo a gestora como presidente nata do Conselho Escolar sem precisar ser escolhida, deve liderar este processo, muitas vezes cansativo devido as pessoas não entenderem a importância do Conselho Escolar no colégio, e não haver quem queira fazer parte, pois, apenas onera mais o trabalho que já tem.

4.4.3 Quanto à escolha

Na busca da democracia, este processo deve ser feito através de eleição pelo voto de todos os segmentos da comunidade escolar, que devem escolher a chapa que mais lhes agrada ou que mais atende aos seus anseios em relação à realidade da educação escolar vigente, portanto,

[...] ao invés de só falar em democracia, podemos falar em construção democrática... Acreditamos que a ampliação da democracia acontece com o exercício do poder pelo povo através da relação entre políticas públicas e direitos [...]. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 39).

Havendo apenas uma chapa formada para concorrer, deve-se levar mesmo assim para a votação da comunidade escolar com seus respectivos segmentos, pelo processo de SIM ou NÃO, deixando transparecer dessa forma se aquela chapa lhes corresponde ou não para representar o Conselho Escolar. Acredito que o sistema de eleição através do voto pela comunidade escolar em seus respectivos segmentos, deve ser sempre o processo a ser seguido, mesmo que seja pelo SIM ou NÃO a uma única chapa.

Creio que o processo da eleição pelo voto, fortalece o sentimento de pertencimento, ou seja, a comunidade escolar nos seus segmentos se sente parte deste Conselho Escolar, pois foram eles que ali o colocaram, e isto, facilita até nas resoluções posteriores, pois não há como ir contra ou não aceitar decisões tomadas pelo Conselho que os próprios pais, professores e funcionários os elegeram e estão legitimamente ali representados.

4.4.4 Quanto à chamada pública

Fixar um cartaz em local visível onde todos os pais, como o maior segmento do Conselho Escolar existente possam perceber e ler, com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes das eleições. Nesse cartaz já deve estar os nomes dos titulares e suplentes dos vários segmentos do Conselho Escolar, nas devidas chapas, designadas por números. Havendo apenas uma chapa informar que a votação será no sistema de SIM ou NÃO para a mesma.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la [...] O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. Da mesma forma que a anestesia, as vacinas, o computador, a máquina de lavar, a pasta de dente, o transplante do coração (DIMENSTEIN, 2001, p. 29).

Próximo às eleições, os alunos devem levar para os seus pais, avisos pequenos lembrando-os da importância do Conselho Escolar e a necessidade de participarem deste momento democrático, onde se deseja alcançar o maior número possível de pais, fortalecendo assim o processo eletivo democrático e o fortalecimento e legitimidade do Conselho Escolar.

4.4.5 Quanto à legitimidade

Os votos devem ser conferidos em dia e horário antecipadamente concordado, onde estejam presentes, se não todos, mas pelo menos a maioria de cada chapa concorrente. Onde deve ser lavrada a ata e os devidamente eleitos assinarem tomando posse assim do novo Conselho Escolar.

A Comissão de eleição em hipótese alguma poderá ter alguém concorrendo a alguma das vagas dentro do Conselho Escolar, como também externar a sua preferência enquanto membro da mesma.

4.5 Aprendizados para a vida

Assim, como ser humano me tornei mais compreensivo e complacente para com a dor do outro e muito menos crítico e juiz, sempre em busca da realidade e do que está por trás das ações e reações de cada pessoa como uma individualidade, com os seus valores e também com os seus “defeitos”, porém, também com suas lutas e persistência num mundo desumano no qual vivemos e convivemos e no qual ousamos transformar pela educação.

Sendo pai, compreendi que minhas apreensões são as mesmas que os outros pais também sentem, que as minhas buscas por melhorias no campo educacional, são também as deles, e, assim o amor que tenho por minha prole é a mesma que também eles têm pela deles, portanto, não estou alheio a eles, sou um deles, faço parte, somos um povo, uma unidade.

Como pedagogo em formação, aprendi que as metas são alcançadas, não simplesmente porque assim o desejo, mas, por causa do outro, da sua participação, do seu apoio e envolvimento, sei que não há quem consiga alcançar os objetivos mais nobres na educação sem a contribuição daqueles fazem parte e que estão envolvidos nas mesmas desigualdades e lutas, estou, portanto, muito mais cômico do meu papel, presença e valor para as melhorias necessárias na educação e conseqüentemente na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que se falando em Conselho Escolar, quanto mais ele for transparente e escolhido pelo voto da comunidade escolar, estará contribuindo muito mais para o fortalecimento da educação integral e democracia.

Na construção de uma gestão participativa de fato, como é o desejo da Escola Municipal Valdir Garcia, penso que o Conselho Escolar contribui para elevar os pais desse papel de coadjuvante, para uma importância efetiva, deixando de ser visto como um fiscal e sim como um colaborador.

O Conselho Escolar contribui ainda para os pais perceberem sua importância no bom andamento da escola e na educação de qualidade, fazendo-o sentir-se responsável pelo processo e libertando-se do papel de acusador, onde somente busca um culpado por aquilo que não está dando certo, onde deveria ser, na verdade, alguém disposto a arregañar as mangas e contribuir na solução daquilo que não está dando certo ainda.

O direito de poder participar da vida escolar dos filhos e das decisões educacionais é um privilégio por parte da família/comunidade de pais e responsáveis destas últimas décadas, o que as gerações passadas, não obtinham, pois, a educação proposta já vinha pronta e restando apenas ao profissional repassá-la, e quanto aos pais, aceitá-la e se conformar a uma educação estranha ao seu cotidiano, feita por aqueles que não conheciam a sua realidade e nem ao menos lhes davam a oportunidade de expressá-la para obter uma educação que viesse a encontro as suas reais necessidades e pretensões.

Assim posto, é preciso não acostumar-se aos privilégios educacionais conquistados ao ponto de não valorizá-los, fortalecendo o discurso da não participação dos pais na escola por serem despreparados e incapazes de dar alguma contribuição efetiva. Necessário se faz demonstrar o valor que se tem pelos direitos adquiridos em forma de lei, buscando-se formular os mecanismos e tornando-se parte na busca da educação popular na gestão democrática e participativa.

A nova cara da educação que seja transformadora, não se alcançará sem a cara da família/comunidade de pais e responsáveis, pois, não há como formular uma educação para eles sem que estejam presentes para opinar, sugerir, questionar e até mesmo rejeitar. Uma educação responsável, que visa alcançar a transformação da sociedade, deve começar por

alcançar as famílias, trazendo-as para dentro não só das dependências estruturais da escola, mas, para dentro do contexto escolar onde sempre deveriam estar.

Os Conselhos Escolares precisam ser formados dentro do ambiente o quanto mais democrático possível melhor, dependendo da consciência político-pedagógico, por parte da gestão e da família, pois, sem os mesmos, não há como ter toda a representatividade da coletividade como se propõe a uma educação que os pais e responsáveis exerçam o direito de contribuir, expressar e formular juntamente com os educadores da própria educação dos filhos.

Já não se pode insistir em planejar uma educação alheio àquela que é a razão pela qual existe, ou seja, a família, e, numa a gestão democrática, não se pode de forma alguma prescindir dela. Cabe um papel muito importante à gestão, que é o de tomar a iniciativa de formar o Conselho Escolar, e atrair os pais e responsáveis, para fazerem dele um órgão colegiado ativo e efetivo, onde tenham sua representatividade e o direito democrático exercido de ser parte do grupo de educadores que trabalham em prol de uma educação responsável e diferenciada.

Não há como se formular uma educação substancial e significativa sem a participação popular, sem a compreensão dos novos tempos que se apresentam e que pedem uma nova visão a respeito de como fazê-la, que prioriza a coletividade, valoriza a opinião, e que trata como uma impossibilidade alcançar novos patamares a níveis educacionais sem que esteja envolvida política e pedagogicamente a família/comunidade de pais e responsáveis.

Esmerar-se numa educação de grande alcance deve ser o ideal e prioridade de todos, começando por onde realmente deve começar, na escola, onde as formações dos Conselhos Escolares sejam prioridade, os pais sejam considerados colaboradores e formuladores importantes nas novas concepções escolares, a gestão tenha a iniciativa de facilitar os novos caminhos democráticos, e, finalmente, redunde numa geração de estudantes que aprendam a ler o mundo e tenham a prática da liberdade como o selo da educação libertária e popular.

REFERÊNCIAS

- ANASTÁCIOS, L. A. C.; ALMEIDA, M. I.; GOMES, M. O.; **Resenha do livro *Poderes instáveis e Educação***, de J. Gimeno Sacristán (Trad. De Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 287p.).
- BACHELARD, G.; **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.
- BOTTOMORE, T. B.; **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- BRANDÃO, C. R.; **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CARNEIRO, M. A.; **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CARVALHO, E. A.; **Polifônicas Idéias: por uma ciência aberta**. Porto Alegre: Ed. Sulinas, 2003.
- CASTRO, M. L. S.; **Conselho Escolar: a busca pela solução de entraves no funcionamento do trabalho pedagógico**. Juiz de Fora: 2016.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Da Educação Art. 205.
- DIMENSTEIN, G.; **Cidadão de Papel**. São Paulo: Ática, 2001.
- FERREIRA, A. B. H.; **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FREIRE, P.; **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____; **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____; **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____; **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEMERASCA, M. P.; GANDIN, D.; **Planejamento Participativo na Escola**. O que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- GUARESCHI, P. A.; **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1989.
- KOHARA, L.; JÚNIOR, F. A.; ALBUQUERQUE, M. C.; **O Pensamento de Paulo Freire Como Matriz Integrada de Práticas Educadoras no Meio Popular**. 2008.
- LDB; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- LIBÂNEO, J. C.; **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____; **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: MP Livros, 2008.
- MEC; **Ministério da Educação**. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 17 de setembro de 2018

_____; **Ministério da Educação.** Disponível em: pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2018.

_____; **Ministério da Educação.** Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2018.

NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200006. Acesso em 12 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N.; **Pesquisa no/do Cotidiano das Escolas:** sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PARO, V. H.; **A Natureza do Trabalho Pedagógico.** R. Fac. Educ., São Paulo, v.19, n. 1, p. 103-109, jan./jun. 1993.

PINTO, M. E. F.; PIMENTA, N. A. A.; **A Pesquisa e a Prática Pedagógica na Formação do Professor:** fundamentos e aplicações. Manaus: 2012.

PNE; Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

PORTAL ESTUDOS AVANÇADOS. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sd-arttext&pid=s0103-40142001000200006. Acesso em 14 de outubro de 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S.; **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S.; **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

_____; **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.

YOUTUBE. PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar Democrática, postado em 22 de junho de 2013. Disponível em: www.Youtu.be/WhvyRMJatRs. Acesso em 21 de julho de 2018.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado aos pais e responsáveis por alunos

1. Como são feitas as eleições para a composição do Conselho Escolar?

2. Qual o nível de participação dos pais nas decisões do Conselho Escolar?

3. O Conselho Escolar tem atuado em que áreas específicas da Escola?

4. Quais foram as principais conquistas do Conselho Escolar?

5. Por que o Conselho Escolar é necessário no ambiente escolar?

6. O Conselho Escolar se sente parte das decisões do colegiado?

7. Que estratégias o Conselho Escolar tem utilizado para unir os pais e comunidade?

8. Aonde o Conselho Escolar precisa melhorar sua atuação?

9. O que o Conselho Escolar faz para melhorar a relação entre pais e colegiado?

10. A participação dos pais e escola no Conselho Escolar faz alguma diferença?

Apêndice B – Questionário aplicado aos membros do Conselho Escolar

Perfil do Conselho Escolar

Idade

Sexo

() masculino

() feminino

Grau de instrução

() ensino fundamental I

() ensino fundamental II

() ensino médio

() ensino superior

() pós-graduação

() mestrado

() doutorado

Natural do

Nacionalidade
